



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

BÁRBARA MARIA COSTA E SILVA

**ACORDO DO CAMPO DE 1963: MEMÓRIAS DAS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO E LUTAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES  
CANAVIEIROS DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO.**

JOÃO PESSOA/PB  
2019

BÁRBARA MARIA COSTA E SILVA

**ACORDO DO CAMPO DE 1963: MEMÓRIAS DAS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO E LUTAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES  
CANAVIEIROS DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sob a orientação do Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em História.

JOÃO PESSOA/PB

2019

**Catálogo na publicação Seção de  
Catálogo e Classificação**

S586a Silva, Bárbara Maria Costa e.

ACORDO DO CAMPO DE 1963: Memórias das condições de trabalho e lutas sociais dos trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco / Bárbara Maria Costa e Silva. - João Pessoa, 2019.

70 f. : il.

Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Canavieiros, Greves, Acordo do Campo. I. Oliveira, Tiago Bernardon de. II. Título.

UFPB/CCHLA

**ACORDO DO CAMPO DE 1963: MEMÓRIAS DAS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO E LUTAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA  
ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sob a orientação do Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em História.

Data de aprovação. 07 de maio de 2019 – João Pessoa – PB.

**BANCA EXAMINADORA**

Professor Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

Orientador

Professor Dr. Roberto Vêras de Oliveira

Leitor

Professora Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros

Examinadora

*À mulher inspiradora que me fez acreditar no poder da educação  
minha mãe, Socorro Costa.*

## AGRADECIMENTOS

Os caminhos que percorri na licenciatura em História me transformaram em outra pessoa. Desde a escolha do curso até o processo de escrita deste trabalho de conclusão, tornei-me alguém muito diferente daquela que ingressou na universidade. Diria, sem pestanejar, que o curso de História me fez uma pessoa melhor. Agradeço, primeiramente, a professora que me incentivou desde o primeiro momento ao mundo da licenciatura, minha mãe, Socorro Costa. Seu afeto e sua sensatez, à luz da experiência, me mostraram quais dificuldades, possivelmente, eu enfrentaria ao fazer esta escolha e, ao mesmo tempo, as histórias e aprendizados que eu também poderia ganhar. Tais orientações foram meu porto seguro durante esta caminhada de quase cinco anos. Agradeço, profundamente, ao meu companheiro de vida, Deodato Júnior, por todas as conversas, apoio, paciência e amor. Meus agradecimentos sinceros a todos os esforços do meu pai, Francisco Noca, para que eu pudesse ter uma educação de qualidade, assim como, as minhas irmãs, Joana e Rossana.

Não poderia deixar de agradecer a alguns professores que passaram por mim e que me inspiraram, incentivaram e, sobretudo, me mostraram os vários caminhos da História. Agradeço, imensamente, a professora Regina Célia Gonçalves por abrir as portas da minha percepção para a *história vista de baixo*. Agradeço a paciência e gentileza do professor Paulo Giovanni que ajudou a me encontrar na trajetória da pesquisa. Ao meu professor, orientador e amigo, Tiago Bernardon, agradeço pelas valorosas orientações e pela coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa em História do Trabalho (GEPEHTO) que tanto me ajudou no conhecimento sobre historiografia social do trabalho. Registro, também, meu agradecimento aos professores da área da Sociologia Roberto Vêras e Mário Ladosky e aos colegas Claudiana, Maressa, André e Eduardo, pois a minha integração, no grupo de pesquisa, me fez encontrar, na história dos trabalhadores canavieiros, mais um sentido para continuar acreditando no poder da transformação social e na luta contra o retrocesso histórico que estamos sofrendo.

Sobre a importante experiência que tive como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, agradeço a todos os alunos e alunas que pude conhecer

e experimentar venturas e desventuras da docência na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Olivina Olívia Carneiro da Cunha.

Às companheiras de curso, de amizade e de luta que tive o prazer de conhecer durante a licenciatura, Lídia, Paula e Nara, agradeço por serem tão presentes e compartilhar comigo aprendizados, experiências e conquistas. Elas me dão mais força para continuar acreditando na unidade das mulheres rumo à construção de uma sociedade plenamente igualitária.

Por último, não menos importante, deixo registrado que escolhi ensinar História para que, no futuro, crianças, como meu pequeno sobrinho Bernardo, ainda possam ter acesso à memória histórica de lutas pela democracia da sociedade brasileira, por meio de uma educação de qualidade e livre de mordças.

## RESUMO

O presente trabalho desenvolve uma contextualização histórica acerca das lutas sociais dos trabalhadores canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco nas décadas de 1950 e 1960 por direitos e melhores condições de trabalho, resultando, entre outros aspectos, no Acordo do Campo de 1963. Para tanto, por meio de entrevistas, serão levadas em conta as memórias de trabalhadores que alcançaram posições de lideranças sindicais atuantes, na década de 1960 na Federação dos Trabalhadores Agricultores de Pernambuco (FETAPE). Nesse sentido, o tema é construído de maneira a compreender o contexto que se inseriram as lutas dos trabalhadores do campo, os desafios e impasses organizativos, perseguições e repressão e a construção do mito do “pai Arraia”, expressão que demonstra certa relação paternalista construída sobre a figura do então governador Miguel Arraes que denota importância para a articulação das reivindicações dos canavieiros naqueles anos. Nesse sentido, a partir de relatos orais, objetiva-se compreender de que modo o Acordo do Campo foi vivenciado pelos trabalhadores, quais as mudanças estruturais em suas condições de trabalho, assim como, de que forma o acordo é reconstituído na memória dos trabalhadores no presente. Para este fim, os conceitos de experiência e classe desenvolvidos pelo historiador inglês E. P. Thompson são fundamentais aportes teóricos para esta pesquisa.

**Palavras-chave: Canavieiros; Greves; Acordo do Campo.**

## **ABSTRACT**

The present work develops a historical contextualization about the social struggles of the sugarcane workers of Forest Zone of Pernambuco in the 1950s and 1960s for rights and better working conditions, resulting, among other things, in the 1963 Countryside Deal. By means of interviews, will take into account the memories of workers who reached positions of union leaderships in the 1960s at Federation of Farm Workers of Pernambuco (FETAPE). In this sense, the theme is constructed so as to understand the context of the struggles of the rural workers, organizational challenges and impasses, persecution and repression, and the construction of the myth of the "Pai Arraia". This an expression that demonstrates a certain paternalistic relationship built on the figure of the then governor Miguel Arraes and that was important for the articulation of the sugar cane's claims in those years. In this sense, it aims to understand how the Countryside Deal was experienced by workers, what structural changes in their working conditions, and how the agreement is reconstituted in the memory of workers in the present. The concepts of experience and class developed by the English historian E. P. Thompson are fundamental theoretical contributions to this research.

**Key words: Sugarcane Workers, Strikes, Countryside Deal.**

## SUMÁRIO

Dedicatória.....	
Agradecimentos.....	
Resumo.....	
Abstract.....	
I - INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Caminhos da pesquisa.....	11
1.2. Construção do tema.....	12
1.3. Acordo do Campo (1963) .....	15
II – CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	18
III – ANTES DO ACORDO DO CAMPO.....	32
IV – ACORDO DO CAMPO POR MEIO DA MEMÓRIA.....	46
V – DEPOIS DO ACORDO DO CAMPO.....	57
VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
ANEXOS.....	70



## I. INTRODUÇÃO

### 1.1 – CAMINHOS DA PESQUISA

O presente trabalho é fruto da conclusão da graduação em Licenciatura em História na Universidade Federal da Paraíba. O tema emerge da participação no projeto de pesquisa *Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 70*, encabeçado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que conta com a participação da Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e que teve seu início no primeiro semestre do ano de 2017, sendo esta última a instituição que me vinculou ao projeto junto ao Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT), coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira do Departamento de Pós-graduação de Sociologia da UFPB.

Este projeto foi dividido em grupos de pesquisa nas duas regiões estudadas, sendo os grupos da UFPB e UFCG, respectivamente, direcionadas a estudar, por meio de reuniões mensais e, a partir da pesquisa de campo, os trabalhadores canavieiros da região da Zona da Mata Norte de Pernambuco, sendo intitulado como subprojeto de *Memória das greves dos canavieiros em Goiana – PE*. Este grupo conta com estudantes de diferentes áreas das Ciências Sociais, a saber: Sociologia, Serviço Social, Geografia, Antropologia e História. Dessa forma, o debate interdisciplinar se mostrou uma metodologia essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

Partindo dessa dinâmica, a pesquisa em grupo teve início nos seus primeiros meses do referido ano, com as reuniões, a princípio, quinzenais e, posteriormente, mensais com objetivo de discutir a bibliografia clássica e a recente que envolviam o tema da pesquisa. Para tanto, contou-se com grandes nomes dos estudos sobre trabalhadores rurais de Pernambuco como Christine Rufino Dabat, Maria do Socorro Abreu e Lima, José Sérgio Leite Lopes e Moacir Palmeira. Já no fim do ano de 2017, a pesquisa se encaminhou para a prática em campo, onde a etapa das entrevistas foi iniciada com importantes canavieiros e líderes do sindicalismo rural da década de 1960 do Estado de

Pernambuco. Essas entrevistas se estenderam por todo o primeiro semestre do ano de 2018, quando também foi entrevistada uma parte da geração atual dos líderes sindicais e trabalhadores rurais das mediações da cidade de Goiana.

No mesmo período de 2017 e 2018, tive a oportunidade de ser integrada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em História do Trabalho (GEPEHTO), coordenado pelo Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira, pela Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros da Silva e pelo Prof. Dr. Fernando Pureza, por meio do qual foram estudados e discutidos clássicos da historiografia social, com foco nas principais obras de Edward Palmer Thompson, como também, trabalhos recentes sobre a temática da história do trabalho. A devida integração nesses dois grupos de estudo contribuiu, sobremaneira, no meu conhecimento acerca da historiografia do trabalho, especificamente, sobre os trabalhadores rurais e suas lutas no processo histórico ao longo do século XX.

## 1.2 – CONSTRUÇÃO DO TEMA

Entre as décadas de 1950 e 1960, a visibilidade nacional sobre a questão camponesa e agrária, no Nordeste, foi bastante intensificada. O debate aberto em torno da reforma agrária gerou projetos advindos dos setores políticos e econômicos a fim de estabilizar a questão social do campo e a fixação do camponês na terra. Os crescentes conflitos, a proposição do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) no ano de 1963, e o desrespeito às normas do mesmo foram intensificados pelos paradeiros durante todo o ano culminando, assim, na grande greve de 1963, que resultou na negociação do Acordo do Campo sob a mediação governador estadual Miguel Arraes de Alencar. O acordo tratava-se, em linhas gerais, da ampliação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) aos trabalhadores rurais, levando em consideração as especificidades do trabalhador rural, na tentativa de diminuição do acentuado desequilíbrio da relação capital/trabalho no campo. Neste sentido, mesmo que não oferecesse risco à estrutura fundiária no Brasil, o ETR serviu de arma para os trabalhadores, pois “obrigava os proprietários a se curvarem às disposições do Estatuto”<sup>1</sup>. Dentro desse contexto, encontra-se o Acordo do Campo de

---

<sup>1</sup> PALMEIRA, Moacir G. S. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.171-200. (p.174)

1963, tema principal desta pesquisa, estabelecido durante o governo estadual de Miguel Arraes em Pernambuco. Este “Acordo do Campo” surgiu como proposta do primeiro mandato de Arraes, que firmou um acordo constituído através de negociações com representantes patronais e trabalhadores do setor sucroalcooleiro, por meio do qual foi estabelecido um equilíbrio entre o nível salarial convencionado com base no salário mínimo, entre outras reivindicações aliadas à reorganização da Tabela de Tarefas para os trabalhadores canavieiros.

Por meio da história oral e do contato com a bibliografia, foi possível perceber o grande número de estudos sobre o tema. Ainda assim, nota-se a ausência de análises específicas sobre como o acordo foi sentido na vida prática dos trabalhadores canavieiros e como esse momento histórico é representado na memória de trabalhadores e líderes sindicais do período. O contato com os relatos orais das lideranças sindicais da época são repletos de emotividade e sentimento, trazendo em suas memórias a figura de Miguel Arraes como um “pai” que consolidou as demandas dos canavieiros por meio do Acordo do Campo, que por sua vez é um aspecto bastante consolidado na historiografia sobre o tema.

A partir disso, a oportunidade de entrevistar cinco líderes sindicais que atuaram pela Federação dos Trabalhadores Agricultores de Pernambuco (FETAPE) durante os movimentos do campo da década de 1960 me aproximou bastante da narrativa política desses anos. Os relatos sobre a exploração do trabalho canavieiro, a miséria, o discurso acerca das perseguições, luta pelos direitos e cidadania, alianças, conflitos, conquistas e contradições da classe trabalhadora canavieira do estado, assim como a narrativa que é construída em torno de suas vidas e do trabalho canavieiro (o trabalho infantil nos canaviais, a vida subjugada aos patrões nas usinas, a penúria das famílias, a falta de alimento e na juventude o engajamento na luta), são esses elementos que me trazem ao presente trabalho. Nesse aspecto, a constante lembrança do mito do “pai Arraia”, a qual demonstra de forma clara uma relação de gratidão paternalista sob a figura do governador Miguel Arraes, é o principal elemento motivador para a construção do referido trabalho.

Nesse sentido, este tema é construído de maneira a compreender o contexto de exploração que se inserem as lutas dos trabalhadores do campo, entre a década de 1950 e a década de 1960, com o objetivo de compreender de que modo o Acordo do Campo foi vivenciado pelos trabalhadores, tendo como objetivo principal a reconstrução do Acordo do Campo a partir da memória coletiva e experiências destes líderes.

Os estudos acerca da região da Zona da Mata de Pernambuco são produzidos com frequência desde a década de 1980, envolvendo as questões essenciais do campo, como a sobrevivência da população, a exploração dos trabalhadores na qual a indústria açucareira é pautada, assim como a insurgência das lutas organizadas dos trabalhadores a partir das Ligas Camponesas. Grandes nomes da Sociologia e da História dedicados ao estudo de tais temas na região podem ser citados e são utilizados nessa pesquisa como suporte teórico e bibliográfico, tais como os de José Sérgio Leite Lopes<sup>2</sup>, Lygia Sigaud<sup>3</sup>, Christine Rufino Dabat<sup>4</sup>, e Maria do Socorro Abreu e Lima<sup>5</sup>. Nesse aspecto, há um grande leque de discussões já realizadas sobre esse período que também analisam o contexto do governo de Miguel Arraes e a relação construída do “mito Arraia” pelos trabalhadores canavieiros<sup>6</sup>, visão esta que também esteve presente em vários relatos orais realizados durante as entrevistas utilizadas como fonte.

A bibliografia que contextualiza a década de 1960 caracteriza um período de intensos conflitos políticos e efervescência social do campo que desemboca no golpe militar de 1964. No entanto, configuram algumas brechas que serão aqui analisadas a partir da consolidação do Acordo do Campo em 1963, e que poderão levar à compreensão de como o acordo foi vivido e reconstruído pela memória dos trabalhadores. Mesmo com o golpe de 1964, quando se dá o marco de um capítulo da história de violência cruel, perseguição e assassinato dos camponeses e lideranças, narradas em casos por Maria do Socorro Abreu e Lima, a consolidação da legislação trabalhista para os trabalhadores canavieiros continuou com um grande papel e instrumento para sua vida, trabalho e luta, assim como para a construção da memória coletiva.

Aproveitando as brechas de como o acordo foi vivido e reconstruído pela memória dos trabalhadores, tentarei responder questionamentos ao longo das partes deste trabalho

---

<sup>2</sup> LOPES, José Sérgio Leite. Açúcar amargo. *Ciência Hoje*, v. 4, n.20, p.27-32, 1985.

<sup>3</sup> SIGAUD, L. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. In: *Dados*, v. 29, n.3, p.50-72, 1986.

<sup>4</sup> DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

<sup>5</sup> LIMA, Maria do Socorro Abreu e. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: Eduepb, 2015, p. 309-327

<sup>6</sup> TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes: Imagens de povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**: as esquerdas no Brasil. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 489-510.

que perpassam aspectos como: quais eram as condições de trabalho dos canavieiros no Nordeste, especificamente em Pernambuco, durante as décadas de 1950 e 1960? Como as Ligas Camponesas e a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais, suas reivindicações e lutas posicionavam-se frente às transformações políticas e sociais? O que caracteriza o Acordo do Campo como algo tão importante para a vida dos trabalhadores? E por fim, como essa narrativa de contraste feita pelos entrevistados do antes e depois do Acordo do Campo se caracterizou no discurso sobre a memória dos trabalhadores?

### 1.3 – ACORDO DO CAMPO (1963)

*“Revivendo o passado [...]
Hoje me vem à lembrança da luta que se fazia
Revivendo o passado
Me lembro perfeitamente
Que se lançou a semente e se cuidou do roçado
Mas para ter resultado enfrentou-se a burguesia
Com coragem e rebeldia, com muita perseverança
Hoje me vem à lembrança da luta que se fazia.*

*O homem trabalhador, enfrentando o seu patrão,
Com muita disposição, provando ser lutador, tornou-se batalhador,
Conquistando simpatia
E sem temer valentia, lutando o que via
Hoje me vem à lembrança da luta que se fazia.*

*[...]*

*Foi com dor e sofrimento que construímos essa história
Para alcançar a vitória viajamos de jumento
Era uma pá de cimento lutar contra a burguesia
Um ato de rebeldia, mas não era por vingança
Hoje me vem à lembrança da luta que se fazia.*

*Era mesmo um padecê para fazer reunião
Era difícil a missão, era sujeito a morrer, tinha que saber viver
Na época que se vivia não se tinha garantia*

*Mesmo junto à vizinhança  
Hoje me vem à lembrança da luta que se fazia.*

[...]

*A gente andava a pé para fazer reunião  
Era a nossa religião, um instrumento de fé  
Andava até sem café e o lanche no fim da tarde  
Era pão com água fria, mas cheio de esperança!  
Hoje me vem à lembrança da luta que se fazia.*

*O sindicato foi criado para lutar pelos direitos  
Apesar de ter defeitos, se conquistou resultado  
É o povo organizado que luta por melhoria  
Não teme a burguesia, no grupo tem confiança  
Hoje me vem à lembrança da luta que se fazia.*

[...]

*Para fazer reunião precisava cuidado  
Para não sair machucado.  
Organizar o povão no terreno do barão  
Não se tinha garantia, se brincasse morreria,  
Mas tinha perseverança  
Hoje me vem à lembrança da luta que se fazia.”*

(Poesia de Severino Francisco da Luz Filho)

O Acordo do Campo, promulgado no ano de 1963, no estado de Pernambuco, pelo então governador estadual Miguel Arraes, foi uma tentativa de síntese dos interesses dos trabalhadores rurais, em específico da categoria dos canavieiros e dos seus antagônicos, os usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar. Foi negociado, após a grande greve de 200 mil canavieiros, paralisados durante três dias, por meio de tratativas entre as partes mediadas pelo governador que ocorreram, no mês de novembro daquele ano, no Palácio das Princesas na cidade de Recife.

Para abordar aspectos relativos à memória do Acordo do Campo, foram entrevistados cinco trabalhadores canavieiros que atuaram, também, como líderes sindicais, na década de 1960, pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco

(FETAPE). São eles: Severino Domingos de Lima, conhecido como Beija-Flor, poeta, repentista que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Paudalho; José Francisco da Silva foi presidente da FETAPE, na década de 1960, e diretor da CONTAG na década de 1970; Josefa Martins Reis foi assessora sindical e é esposa de José Francisco; Severino Francisco da Luz Filho, conhecido como Biu da Luz, foi assessor sindical, poeta e, atualmente, assessor da Academia Sindical da FETAPE; e José Paulo de Assis, foi trabalhador rural assalariado e, atualmente, é agricultor familiar.

## CR\$ 100 MILHÕES OS PREJUÍZOS DA GREVE RURAL NO ESTADO

Dirigentes do Sindicato da Lavoura da Cana e da Cooperativa dos Usineiros estimam em calculadamente 100 milhões de cruzéiros médios, diários, os prejuízos ocorrentes da greve que, durante três dias, paralisou as atividades no campo, em Pernambuco. Esse prejuízo é representado pela paralisação da moagem, queima de canaviais, pagamento de parte dos salários relativos aos dias da greve e outras demandas. A Agência Nacional também foi revelado que, além de todos esses prejuízos, os fornecedores e usineiros tiveram sensíveis dificuldades com a situação de greve criada, face à tensão que se estabeleceu no Estado, com o acirramento das relações entre o capital e o trabalho.

### ITENS DO ACORDO

O acordo já elaborado, e que as partes em litígio concordaram, falta apenas ser firmado por trabalhadores e usineiros por uma questão de formalismo. No mesmo se especificam as conquistas dos ervistas e, por último, a garantia de que os participantes não serão punidos. Está assim redigido, o acordo elaborado com a assistência do ministro Amaury Silva e do presidente do IAA, sr. Gomes Maranhão:

1.º — Ficam reajustados a partir da presente data (19/11), os salários de todos os trabalhadores da lavoura canavieira, compreendidos nas jurisdições dos Sindicatos Rurais contratantes, na base de 80%, com início de pagamento a partir de 1.º de dezembro próximo.

Parágrafo Único — O Governo Federal, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, resolve assegurar, através de adequadas revisões e remuneração do preço do açúcar, as indispensáveis condições econômicas e financeiras para o cumprimento deste Contrato.

2.º — Haverá, em cada engenho, um delegado sindical eleito pelos trabalhadores, dentre os pertencentes à categoria profissional e residentes, há pelo menos três meses na propriedade, o qual não poderá ser demitido sem o competente inquérito judicial e gozará de ponto facultativo. Levantado

pelo empregador incompatibilidade da empresa com o delegado eleito, será a questão submetida a uma comissão composta de um representante dos sindicatos dos empregadores, um dos trabalhadores e o Delegado do Trabalho. Fica certo que a ausência do Delegado eleito não será remunerada pelo empregador, ressalvando-se, porém, o direito à percepção do renouso remunerado, no caso da ausência de um dia, apenas, ao serviço. O prazo do mandato do Delegado Sindical será de dois anos.

3.º — No prazo de 15 dias os sindicatos contratantes indicarão, paritariamente, representantes para uma comissão visando promover, junto ao Governo Federal, ao Instituto do Açúcar e do Alcool e ao Governo do Estado, o apressamento da interioração da Previdência Social, da Assistência Médica e da Assistência Escolar.

4.º — Comprometem-se as

### A Assembléia recusou outro veto de Arraes

Na sessão extraordinária ontem, à noite, a Assembléia Legislativa do Estado recusou mais um veto do governador Miguel Arraes: o que incidiu sobre o projeto de lei concedendo gratificação por serviços insalubres (taxa de salubridade) a todos os médicos plantonistas das maternidades oficiais do Estado. A votação foi de 35 a 14.

Foi também votado — e aceito — o veto parcial aplicado ao projeto que autoriza o empréstimo do BID. Entre os dispositivos vetados figura o que destina 40% das verbas do empréstimo a serviços de abastecimento d'água do interior.

empresas compreendidas no âmbito da jurisdição dos sindicatos contratantes a realizar, mediante notificação do órgão de classe interessado e de acordo com o art. 541, da C.L.T., o desconto das contribuições devidas ao sindicato a arbitradas na forma da Lei. O trabalhador que não desejar participar do seu sindicato está isento, devendo para isto, no entanto, comunicar, por escrito, sua decisão ao sindicato, obrigatoriamente, e ao empregador.

5.º — Fica certo, nos precisos termos da legislação em vigor, que as empresas representadas pelos órgãos de classe da categoria econômica somente admitirão empregados com as devidas obediências aos dispositivos legais sobre Carteira Profissional e registro de empregados. No prazo prorrogável de 60 dias será regularizada a situação de todos os trabalhadores cujos contratos individuais de trabalho não estejam legalmente assentados, sem prejuízo do seu tempo de serviço. No caso de o trabalhador não possuir Carteira Profissional, ressalva-se ao empregador quanto à obrigação de anotar a mesma, persistindo, no entanto, a de fazer, com o tempo efetivo de serviço, o devido registro. Ocorrendo dúvidas quanto ao tempo de serviço serão as mesmas decididas pela comissão que trata da cláusula n.º 2.º.

6.º — Fica certo que a proposta contida de tabela das tabelas de campo, aprovadas pelas lideranças sindicais no Palácio do Governo, continuará servindo de norma, obrigando-se os sindicatos de trabalhadores a submetê-las, no prazo de 60 dias, à aprovação de suas assembléias. A Comissão instituída na cláusula 2.ª, do presente Contrato resolverá as dúvidas sobre a sua aplicação, apresentadas pelas partes.

7.º — Fica, desde já, acertado que, em face das novas condições salariais aqui previstas, o 13.º mês será pago, no mês de dezembro, na base do salário vigente em 30 de outubro de 1963, sendo a complementação do novo salário paga em três parcelas iguais e mensais, nos meses de feverei-

ro, março e abril de 1964.

8.º — Será antecipado o pagamento de importância correspondente ao valor de dois dias de trabalho à base de Cr\$ 503,00, na primeira semana de serviço, e referente às faltas aos serviços dos dias 18 e 19 do antecedente, como adiantamento feito pelo empregador da parcela do 13.º mês de salário, a ser paga no mês de abril próximo futuro.

Parágrafo Único — Fica, desde logo, esclarecido que o pagamento das faltas acima referidas será submetido à decisão da Justiça do Trabalho que, considerando a legalidade ou ilegalidade das mesmas, determinará ou não seu pagamento. A falta ao serviço do dia 20 do corrente será paga aos trabalhadores na base da remuneração ora acordada, por inteira responsabilidade do Instituto do Açúcar e do Alcool.

O 9.º item institui a não demissão de qualquer operário, mesmo ervista.

## Ministro Da Sind

Poucos instantes antes de retornar ao Sul, o ministro do Trabalho, sr. Amaury Silva, que desde segunda-feira se encontrava no Recife procurando — o que conseguiu — resolver a greve dos trabalhadores no campo, declarou à Agência Nacional que volta de Pernambuco “com a noção mais nítida da necessidade de que o Conselho Nacional de Sindicalização Rural opere em nosso Estado, num trabalho de profundidade”.

### VINDA AO RECIFE

Explicou o sr. Amaury Silva que, partindo desse princípio, logo chegue ao Rio de Janeiro convocará o presidente do CNSR para o recebimento de instruções para a vinda, no mais breve espaço de tempo, dos integrantes

O recorte ilustrativo da notícia de jornal *Diário de Pernambuco* e a transcrição do texto (ANEXO A) acima, se referem à greve dos 200 mil canavieiros no estado, que durou três dias e acelerou o processo de negociação do Acordo, cada item negociado também é abordado na notícia. Esse recorte demonstra em si a dimensão que a greve teve para o estado, assim como as cláusulas do Acordo do Campo. O tom do título da notícia é de crítica à greve, expresso pela frase “CR\$ 100 milhões os prejuízos da greve rural no estado”, que apresenta os gastos da classe patronal e seus prejuízos econômicos, mas ao mesmo tempo que não reconhece o avanço da legislação dos trabalhadores rurais, que aqui interpretamos como uma representação das conquistas da luta canavieira nesse momento histórico, onde as reivindicações negociadas dos trabalhadores que lutaram na greve foram publicadas com detalhes em um jornal tradicional. A análise e a explicação dos itens do Acordo serão discutidas ao longo deste trabalho.

## II. CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Diante dessa breve explanação sobre o tema, neste trabalho, utilizamos o conceito de classe como categoria histórica utilizada pelo uso da tradição marxista relacionada à ideia de processo histórico empírico e real da formação das classes sociais, conforme proposta por E. P. Thompson<sup>7</sup>. Em consequência disso, o caso específico de trabalhadores canavieiros no Nordeste brasileiro, aqui apresentado, implica, necessariamente, em um processo histórico de luta de classes. A reorganização da luta dos camponeses, na década de 1950, no estado de Pernambuco, a partir das Ligas Camponesas, a atuação do advogado Francisco Julião e a desapropriação do Engenho Galileia foram acontecimentos que tomaram envergadura nacional e desencadearam uma série de transformações na região da Zona da Mata canavieira pernambucana, culminando na organização dos trabalhadores canavieiros na década de 1960.

Nesse sentido, classe e consciência de classe constituem um processo histórico que não é mecânico e automático, simples reflexos de estruturas econômicas, mas parte do reconhecimento de interesses e tradições antagônicas de classes sociais dentro de um processo de luta. Por isso, compreendemos aqui que a classe delinea-se, historicamente,

---

<sup>7</sup> THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. – vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

no seio das experiências de mulheres e homens no conjunto de suas relações sociais, dentro de um modelo de produção e a partir da cultura transmitida entre si, não existindo um modelo pré-fixado para formação de classe, onde são gerados “estágios necessários” do processo. No caso dos canavieiros, a formação da classe é permeada pela ação e contribuição da Igreja Católica na organização dos sindicatos rurais, as lutas das Ligas Camponesas e a participação organizativa do PCB, além da identificação pré-existente entre os trabalhadores, que aconteciam geralmente no cotidiano de seus trabalhos. Nesse sentido, buscando a memória e o cotidiano dos trabalhadores, concordamos com E. P. Thompson<sup>8</sup>, quando afirma que ninguém melhor do que os próprios protagonistas para saber como a história deve ser. Para autores como Eric Hobsbawam<sup>9</sup>, no capitalismo a classe é uma realidade histórica imediata e vivenciada, enquanto quem passa a ter ação na sociedade como um movimento é a organização da classe, como os operários ou os trabalhadores canavieiros. Tal processo é fruto desta formação, consciência de classe, identificação com um determinado grupo e a organização, que são as dimensões políticas da consciência de classe. A classe dos canavieiros em Pernambuco foi, historicamente, formada também partir de elementos compartilhados como a exploração de seu trabalho, a subjugação aos usineiros, a morada nos engenhos, a compra dos seus mantimentos de sobrevivência nos barracões<sup>10</sup> e as formas de resistência cotidianas<sup>11</sup>. Sendo válido ressaltar a não mecanização desses processos, pois são permeados e constituídos por conflitos de interesses e divergências.

Para analisar o cotidiano dos canavieiros, nos apoiamos na publicação *A história vista de baixo*<sup>12</sup> de E. P. Thompson, que busca analisar o passado à luz da experiência de pessoas comuns. Assim, o conceito da história vista de baixo passa a ser um tema discutido entre historiadores e, com isso, fatos históricos anteriores passam a ser

---

<sup>8</sup> THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre a classe e “falsa consciência”. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Orgs.) NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. P.269-281.

<sup>9</sup> HOBBSWAN, Eric. **Mundos do trabalho**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. P.33-54.

<sup>10</sup> Os barracões eram lugares que existiam nos engenhos onde os trabalhadores faziam suas compras de mercadorias para sua sobrevivência e de suas famílias. No entanto, sua remuneração era feita com uma espécie de vale em que só poderiam comprar nos barracões. Esse sistema pensado para beneficiar os usineiros trazia uma sensação para os trabalhadores de estarem presos àquele engenho e àquele patrão, como aborda Chirstine Dabat (2010).

<sup>11</sup> SCOTT, James C. **Formas cotidianas de resistência camponesa**. Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun. 2002, p. 10-31.

<sup>12</sup> THOMPSON, E. P. **The history from below**. TSL, April 7, 1966.

estudados e analisados sob esse olhar. Como afirma Jim Sharpe<sup>13</sup>, para os historiadores de tradição marxista, a história vista de baixo se torna mais visível a partir do crescimento dos movimentos dos trabalhadores no início do século XVIII na Europa. Os movimentos de massa na França podem ser um ponto de partida a ser trabalhado a partir dessa percepção, entretanto, para alguns autores, como Eric Hobsbawm<sup>14</sup>, esse limite histórico pode distanciar-se e novas perguntas podem ser feitas às fontes oficiais em estudos sobre os períodos anteriores ao século XVIII. Apesar de se consagrar como uma abordagem, alguns autores, como o próprio Jim Sharpe, também a compreendem como um tipo específico de história, devido às suas particularidades e tratamento com as fontes. Por isso, a história vista de baixo como abordagem significa um tipo de corretivo para a história oficial e das elites, assim como é uma síntese do cotidiano das pessoas comuns em suas temáticas tradicionais, possibilitando o acesso a relatos como os de Beija-Flor sobre sua infância de miséria e trabalho na década de 1950:

[...] a gente já estava comendo alguma coisa, mas aquilo não era tudo. A gente precisava de mais coisas, e aí eu fui de novo pra cana. Mas aí no sábado eu ia pra Paudalho, da onde eu vim, da cidade de onde eu vim pegar frete. Aí eu levava o balaio de manhã bem cedo, não tinha café, não tinha nada em casa. Quando eu chegava na feira, primeiro lugar que eu ia era onde vendia jaca dura, debaixo dos pés de paus. Aí vinha um pessoal, aí o dono da jaca cortava a jaca, tirava a jaca pra vender, vendia a jaca, os baldes de jaca ao povo, e o mangará que a gente chama mangará, tirava gordo, e jogava no lixo, e eu chegava com o meu balaio. Eu não podia comprar, eu não tinha dinheiro pra comprar pra tomar café, então o meu café era roer o mangará da jaca dura que tava no lixo. Eu não tinha bigode, mas quando eu saía dali, eu ia pro açougue, mercado de carne de charque, de sardinha, mercado de cereal, eu ia pra lá. Aí de lá ninguém dava nada, se você chegasse pedindo alguma coisa levava uma lapada na mão e podia ser capaz de ser preso. Naquele tempo se pedia muito esmola, mais um menino pedindo esmola.

Por isso, a perspectiva da história vista de baixo como abordagem permite a possibilidade do surgimento de novas fontes, do ato de fazer novas indagações às fontes oficiais, ou a materiais que não seriam considerados fontes legítimas, como relatos orais de trabalhadores, o que demonstra a necessidade de um salto conceitual para o

---

<sup>13</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-63.

<sup>14</sup>BURKE, 1992.

aprofundamento da compreensão sobre um fato ou processo histórico. Nesse sentido, a partir das possibilidades de interpretações sobre as fontes, historiadores podem ampliar a visão da história e se beneficiar disso. Ademais, o seu uso pode, ainda, resultar na identificação de grupos sociais com as suas histórias, ou até mesmo, de grupos que jamais tiveram conhecimento de suas próprias histórias. Essa função de reconhecimento de grupo leva à noção da construção de uma identidade social.

Nesse sentido, dentro da história vista de baixo e da memória coletiva, a história oral surge como um instrumento para o resgate da memória e reconstrução de eventos e processos. A história oral foi criada nos Estados Unidos entre os anos de 1952 e 1959, estendendo-se posteriormente para o Canadá, Inglaterra e França. As consequências foram positivas. A renovação do domínio da história social e as manifestações da memória, ao longo da história, afirmam o lugar da memória coletiva como instrumento de poder e luta para a dominação da tradição. Para Le Goff<sup>15</sup>, a memória também se constitui em um elemento essencial que é a identidade, individual ou coletiva, sendo ela uma busca dos indivíduos nas sociedades.

Ao trabalhar com história oral, Janaina Amado e Marieta de M. Ferreira<sup>16</sup> são grandes referências para este texto. Ambas as autoras defendem a história oral como uma metodologia que possui dimensão técnica e dimensão teórica. Nesse sentido, o uso da história oral parte da pesquisa empírica aliada à reflexão teórico-metodológica.

Lucília de A. N. Delgado<sup>17</sup>, define a história oral como o compartilhamento do registro de uma história vivida, tendo como principal fonte de acesso a memória do sujeito, o que evidencia ser um procedimento que inter-relaciona o presente com o passado. Nesse sentido, o tempo da memória, que é individual e subjetivo, se relaciona com o tempo da história que é coletivo. O caso dos entrevistados para este trabalho deixa explícita a questão da memória explicada pela autora são relatos individuais, contatos a partir da experiência individual de cada um, mas que também estão em consonância com a memória histórica e coletiva sobre o Acordo do Campo.

---

<sup>15</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

<sup>16</sup> AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>17</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A voz dos militantes: o ideal de solidariedade como fundamento da identidade comunista. IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Por isso, desafios se tornam presentes a partir da escolha por trabalhar com este método, como a relação entre múltiplas temporalidades, o presente, o passado e as ambições do sujeito para o futuro que podem se misturar e se confundir por vezes, na reconstrução da narrativa de eventos históricos. É necessário também ter em vista que a história oral não permite a reconstrução pura e verídica do passado, mas sim a ressignificação pelo tempo presente de fatos experienciados. Nesse sentido, para compreender os efeitos do uso da história oral é necessário entender a relação entre memória e história. Para Delgado, podemos afirmar que não existe oposição entre memória e história, mas uma complementaridade entre as duas, visto que a alteridade, a construção da identidade e a representação do passado são elementos que as aproximam. Por isso, conclui sobre história oral:

Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, a narrativa constitui-se em processo compartilhado, que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e relembrar e disponibilidade para escutar. Fala, escuta, troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, já que não se vive em plenitude sem a possibilidade de escutar, de contar histórias, e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado.<sup>18</sup>

Por fim, considerando limitante o formato acadêmico científico de pesquisa, a ferramenta da história oral funciona como um passo a mais que se aproxima de forma mais plena da realidade experienciada e vivida por grupos historicamente silenciados pelos discursos oficiais.

A partir do momento em que se escolhe utilizar essa metodologia, a construção dos relatos pessoais da vida de indivíduos são fontes constantes e importantes em nosso trabalho e alguns detalhes e cuidados devem ser tomados para o melhor manuseio dessas fontes. Para Bourdieu<sup>19</sup>, existem estímulos sociais para que a história de um indivíduo seja contada como uma unidade totalizante, como uma história que possui uma linha sequencial de acontecimentos e que têm uma direção específica e linear. Isto faz parte da construção da noção de trajetória que um indivíduo faz ao narrar sua própria vida. Nesse sentido, o relato de vida tende a ser a apresentação de um modelo oficial de si. Um relato

---

<sup>18</sup> DELGADO, 2006, p. 44.

<sup>19</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Usos e abusos da história oral.** (Coord.) AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes. 8º ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.183-192.

biográfico pode ser e muitas vezes construído dessa maneira, o que na realidade, compreendemos que a noção de relato de vida não é plenamente constante, linear e permeada de sentidos entre os acontecimentos. Analisamos que isso pode acontecer com indivíduos que estão mais acostumados a relatar suas vidas e que já fizeram esse trabalho algumas vezes, e pode se pensar que é mais fácil construir uma produção sobre si para o outro, a fim de melhorá-la, facilitar a compreensão, torná-la mais coerente ou até mesmo reconstruir alguns comportamentos, decisões e posições que no futuro ou na velhice já não teriam mais. No caso dos entrevistados Severino, conhecido como Beija-Flor, e Severino Francisco, conhecido como Biu da Luz, as suas falas possuem articulação entre os fatos, em contraponto com os demais entrevistados, sendo seus relatos mais objetivos e pontuais. Nesse caso, associamos a precisão de Beija-Flor e Biu da Luz ao relatarem suas memórias, tanto por já terem sido entrevistados anteriormente, por outros pesquisadores como também pelas suas experiências profissionais, visto que foram assessores do sindicato durante muito tempo, já que Beija-Flor foi assessor sindical e Biu da Luz o atualmente assessor da Academia Sindical. A FETAPE, por meio da Academia Sindical, tem o objetivo de reconhecer e sistematizar a escrita da história sobre a memória das lutas do movimento sindical dos trabalhadores rurais, tanto por meio da construção de acervos, quanto pelo resgate da memória em eventos voltados para o compartilhamento dessas experiências históricas. Esses são exemplos de atividades em que o exercício da memória cronológica são constantes, fato explicitado no adiantar deste texto.

Nesse sentido, entendemos que dentro dos relatos individuais está a memória coletiva, que aqui a compreendemos como uma arena de luta nos jogos de poder, pois existe a tentativa de manipulá-la, porque ter poder sobre a memória é um dos grandes objetivos das classes, grupos e indivíduos que dominam as sociedades históricas. Afinal, a memória e a história também são instrumentos de luta de classes. Como retrata Le Goff, um ponto crucial da memória, no Ocidente, foi a Revolução Francesa. Sua memória foi colocada como objetivo e instrumento do governo francês desde o processo revolucionário, através de suas comemorações para conservação das ideias revolucionárias, ações, datas e atos de recordação. Assim como, no século XX, a memória coletiva sofreu manifestações importantes como no pós Segunda Guerra Mundial, quando, entre vários traumas históricos, a comemoração funerária se encontra em um novo molde, na construção de monumentos para os mortos. Como afirma o autor, “a

história está sob a pressão das memórias coletivas constituídas ao longo do tempo”<sup>20</sup>, isso quer dizer que a medida em que a memória coletiva se transforma ao longo do tempo, a história igualmente se transforma, pois estão diretamente relacionadas.

Por isso, ao lidar com história oral e memória, nas entrevistas utilizadas neste trabalho, tomamos o cuidado de estabelecer quais os objetivos que nortearão a análise dos relatos. Para tanto, adentramos no trabalho magnífico de Ecléa Bosi<sup>21</sup> sobre memória de velhos, onde não há a proposta de analisar ou apontar contradições ideológicas presentes nos relatos das vidas dos idosos entrevistados, mas de compartilhar a reconstrução da memória daqueles que viveram e experimentaram momentos históricos na Primeira República brasileira, no caso do seu estudo, não como verdade absoluta, mas como produto de um trabalho que é o resgate da memória, seja essa memória linear, coerente, militante, seja não linear, confusa e emocional. Por isso, neste trabalho, o propósito do uso dos relatos orais sobre o Acordo do Campo pernambucano no ano de 1963 se limita ao compartilhamento dessas memórias, por vezes cruzadas com elementos das narrativas historiográficas clássicas sobre o tema, embora a intenção não seja, nem de longe, o encaixe perfeito entre as duas fontes.

A partir disso, algumas correlações, características e elementos serão construídos aqui sob a ótica da narrativa de Bosi. A princípio, utilizamos a ideia de memória e trabalho elaborada pela autora, no que diz respeito à compreensão do ato de rememorar como uma tarefa. Segundo Bosi, “Se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito, plena consciência de que se está realizando uma tarefa”<sup>22</sup>. Nesse sentido, diante da sociedade de classes que busca manipular ou apagar a memória, partimos do reconhecimento de que o ato do lembrar-se dos sujeitos entrevistados neste estudo são frutos de um trabalho de memória. Nesse sentido, ressaltamos o trabalho exercido pelos entrevistados nesta pesquisa, assim como a disposição dos participantes, sendo todos idosos, exercendo uma tarefa tão importante, a partir da correlação entre relatos individuais, a reconstrução de uma parcela da memória coletiva sobre o Acordo do Campo. Reafirmando a questão da reconstrução como trabalho, a autora escreve:

---

<sup>20</sup> LE GOFF, 1990, p.473.

<sup>21</sup> BOSI, Ecléa. **Memórias e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

<sup>22</sup> BOSI, 1979, p.3, Introdução.

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência.<sup>23</sup>

Desse modo, ao falar sobre memória, também fizemos uso do trabalho de Alessandro Portelli sobre o massacre de Civitella Val Di Chiana<sup>24</sup> onde aborda o conceito de “memória dividida”, aponta que memórias são constituídas através do acontecimento de um fato em comum na vida de pessoas, mas as percepções que produzem são representações diferentes da memória. Nesse sentido, a reconstrução delas parte da “Multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”<sup>25</sup>. É nesse sentido que utilizamos a formulação de Portelli para reforçar a compreensão de que as memórias dos indivíduos não são desprovidas de contradições ideológicas, devem ser entendidas criticamente, pois toda narrativa parte da escolha de palavras, de uma ideologia, posicionamento político, religioso e de um ambiente social. O autor chama a atenção também para a diferenciação entre representações e fatos. No caso da memória de indivíduos de um grupo, suas reconstruções estão repletas de representações sobre os fatos, o que não as torna uma não verdade, mas, sim, uma percepção e uma experiência sobre determinado momento histórico, que geralmente se constitui em memória coletiva. Nesse sentido, compreendemos que a memória coletiva parte de uma experiência individual, mas que se une a uma reconstrução da memória de um grupo, se adaptando a ela.

Essa compreensão de memória coletiva, tem coerência com as percepções de Bourdieu e Le Goff, autores utilizados no presente trabalho. Para Bosi, na memória coletiva o indivíduo é memorizador das lembranças do passado, por isso, os objetos que traz têm significado apenas para ele dentro de um tesouro comum de memória. Em outras palavras, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”<sup>26</sup>. A autora compreende que quando nos identificamos com um grupo é ele que nos dá suporte para reconstruir a memória pelo passado. A partir disso, este trabalho se compromete em

---

<sup>23</sup> BOSI, 1970, p.17.

<sup>24</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: **Usos e abusos da história oral**. (Coord.) AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes. 8ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.103-130.

<sup>25</sup> AMADO; FERREIRA, 2006, p.106.

<sup>26</sup> BOSI, 1970, p.335.

pensar a memória coletiva ou grupal, reconstituída pelos indivíduos identificados com o grupo dos canavieiros e líderes sindicais sobre o Acordo do Campo de 1963.

No ponto acerca da memória coletiva analisado por Bosi, quando diz que cada grupo é detentor de uma memória coletiva apesar das vivências individuais, é necessário ressaltar uma característica observada durante as falas da entrevistada Josefa Martins Reis, conhecida como Zefinha, única entrevistada mulher para esta pesquisa. A postura que Zefinha se colocou durante todo o momento da entrevista, sendo um ponto de articulação entre as falas dos demais entrevistados, seus companheiros de luta. No desenrolar das entrevistas ela não possuiu um momento específico para fazer sua fala de forma contínua e relatar sua experiência de vida. No entanto, durante as falas ela atuou como uma articuladora da memória coletiva e histórica dos participantes quando entrevistados em conjunto, trazendo à memória fatos que deveriam ser ressaltados, momentos importantes, datas e detalhes daquela experiência coletiva e política. Nesse sentido, naquele grupo de entrevistados Zefinha mostrou-se ser aquela que trazia os relatos individuais de cada entrevistado para uma mesma narrativa, no caso, para a memória coletiva da luta dos trabalhadores canavieiros.

Ao abordar o tema de memória política, Ecléa Bosi contextualiza o plano político em que seus entrevistados estavam inseridos na sua juventude, ou seja, o relato de suas memórias estava contextualizado na Primeira República brasileira, quando trabalhadores não eram tema de debate político mais aprofundado pelos governos. Nesse sentido, a marginalidade política em que se encontravam alguns grupos de camadas mais pobres da população tem espaço nas memórias relatadas. Entretanto na era Vargas, o grande debate sobre as leis trabalhistas e a valorização dos trabalhadores criou um momento de ruptura na memória dos velhos, o que a autora chamou de “divisor de águas público de suas vidas”.

Isto porque momentos de ruptura para determinados grupos políticos são comuns ao longo da história, perpassam também pelo tema deste trabalho. A propósito, ao elaborar a tabela de tarefas dentro do Acordo do Campo, Miguel Arraes, em seu primeiro governo, significou para os trabalhadores canavieiros o seu primeiro momento de ruptura, ele foi o “divisor de águas públicas” na década de 1960 para a luta dos canavieiros de Pernambuco, sendo anteriormente, o homem do campo tratado como mera fonte de

exploração do capital. Nesse sentido, Christine Dabat<sup>27</sup> traz o relato de trabalhadores canavieiros que afirmam que Arraes colheu os frutos plantados por Vargas<sup>28</sup> em relação às leis trabalhistas. Por isso, na memória política, as rupturas são elementos presentes e de grande significado, o antes e o depois do Tempo de Arraes<sup>29</sup> foi o signo de um novo tempo na memória dos canavieiros. Nesse sentido, o entrevistado Zé Francisco retrata o feito de Arraes como a “abertura das porteiras dos engenhos” para os trabalhadores:

Essa questão do acordo Doutor Arraes se propôs a estimular a organização dos trabalhadores, né? Controlar um pouco mais a polícia, os delegado de polícia era comandado pelos senhor de engenho, pelos usineiro, então uma das coisas que Doutor Arraes fez foi, num digo eliminar, pelo menos controlar, tentar diminuir essa repressão dos delegado de polícia contra o movimento sindical, contra as organizações camponesas. A gente dizia assim na época: “Arraes veio pra abrir as porteira dos engenho pra entrar o movimento sindical a organização camponesa”, porque organizar trabalhador na base não só da pressão patronal mas da polícia também, né? Atirando, batendo, prendendo, num é nada fácil. Então um dos grande ato dele foi exatamente essa abertura das porteira dos engenho e das usina pra mobilização camponesa. Isso ajudou muito na questão do Acordo do Campo.

Nesse sentido, o conceito de experiência política para Ecléa Bosi também se constitui como um ponto importante da nossa análise, como demonstrado na fala de Zé Francisco acima, a partir do momento em que a memória do indivíduo ou de um grupo é política e parte de uma experiência política vivenciada, o discurso ao longo do tempo pode se moldar. Por vezes, pode ser omitido o caráter mais objetivo da experiência individual e aproximar-se do discurso oficial do grupo. Nesse sentido, a memória política nem sempre se beneficia da consciência das contradições ideológicas que possam existir, pois nem sempre são lineares, e ao mesmo tempo podem chegar a ser tão uníssonas que se confundem com a memória oficial. Até mesmo a testemunha ocular de um fato político lembra mais de detalhes evidentemente, mas nem isso escapa, necessariamente, à versão que foi produzida pelo seu grupo sobre o evento, como foi o caso do entrevistado Zé

---

<sup>27</sup> DABAT, 2012. p. 781.

<sup>28</sup> DEMEZONE, Marcus. A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. IN: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Vol. 2: Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. P. 73-98.

<sup>29</sup> CALLADO, A. **Tempo de Arraes: a revolução sem violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Francisco, que participou da mesa de negociações sobre o Acordo do Campo, na época como representante dos canavieiros, que será demonstrado na parte do texto específica sobre as memórias do Acordo. Ao afirmar isso, compreendemos que a memória histórica, memória pessoal e memória familiar podem misturar-se no ato de reconstrução de um fato. Nesse sentido, reafirmamos o propósito deste texto de não buscar a veracidade completa nos relatos dos entrevistados, mas sim o compromisso de compartilhar a reconstrução da memória do Acordo do Campo em correlação com a historiografia do tema.

Por último, o conceito de identidade trabalhado nesta pesquisa, parte de um conjunto de autores e autoras que têm percepções semelhantes entre si. A historiadora Isabel A. Bilhão<sup>30</sup>, em sua análise sobre o operariado porto-alegrense, compreende a construção identitária das classes como parte integrante da consciência de classe e a partir do processo de construção da identidade operária, pretende superar a visão determinista das estruturas sociais, buscando o cotidiano da classe, apoiando-se, portanto, nas análises de E. P. Thompson. Nesse sentido, traz questões cruciais que também trazemos para este trabalho, como a necessidade da história em si e dos historiadores pensarem os sujeitos reais e suas vivências cotidianas, especialmente historiadores do mundo do trabalho. Estudar classe não só a partir do modo de produção, mas a partir de noções de cultura, tradição, costumes e comunidade. A partir desta reflexão, Bilhão também alerta para a fluidez das identidades coletivas como estruturas cambiantes, reforçando, novamente a ideia trazida neste texto, de que não existem memórias livres de contradições. Nesse sentido, que trazemos aqui experiências diversas do cotidiano dos entrevistados que abordam, sobretudo, as condições de vida e exploração dos trabalhadores canavieiros antes do Acordo do Campo.

Na construção de sua análise sobre a identidade do operariado, Bilhão parte de três pilares que são o reconhecimento, distinção e memória coletiva. O reconhecimento são ações práticas que podem definir a aceitação ou exclusão de um indivíduo como membro de um grupo. A distinção parte da estigmatização de comportamentos e hábitos, podendo ser traduzido como o princípio de aproximação com os iguais, definindo o que é ser e o que não é ser pertencente a um grupo, seja de operários como no caso da análise aqui citada, seja no caso de trabalhadores canavieiros. O entrevistado Beija-Flor conta

---

<sup>30</sup> BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho**: uma história do operariado Porto-Alegrense (1898-1920). Londrina: EDUEL, 2008.

um episódio em que ele já atuava como presidente do sindicato de Paudalho, que pode ser associada ao sentimento de pertencimento a um grupo:

[...] Aí, eu fui pra lá defender o salário de um trabalhador, eu fui e os empregados da usina no momento não me atendeu logo e a gente ficou na espera, eu com os trabalhadores lá sentados pra esperar na hora de ser chamado. E aí eu vi que ali tinha café e aí eu fui lá peguei, tomava... naquele tempo eu tomava com açúcar, açúcar de usineiro, né?... barato demais. Aí eu fui lá, peguei o café, danei açúcar e voltei pro mei dos trabalhadores tomando café. Daqui a pouco chamaram a gente, a gente foi, discutiu, resolveu as coisas lá e tal. Sabe onde os trabalhadores foram me pegar? Na reunião! Na reunião os trabalhadores quase que me botavam pra fora do sindicato, acharam que eu não deveria tomar café de usineiro. Então eu aprendi muito com os trabalhadores a ser fiel na luta.

Para Beija-Flor, assim como para os demais trabalhadores que estavam presentes na ocasião acima relatada, o fato do seu representante tomar o café do usineiro foi uma ofensa simbólica para o grupo e quando Beija-Flor diz “ser fiel na luta”, ele está ao mesmo tempo dizendo a que grupo ele pertence e se identifica. Além disso, outro elemento que se pode levantar dentro da moral camponesa, é o ato de tomar o café do usineiro que simboliza a aceitação de um presente, portanto, o trabalhador estaria em dívida e precisaria oferecer um contra dom em retribuição.

Sendo a afirmação da identidade representada pela memória nas falas dos entrevistados, a análise de Bilhão busca a valorização de acontecimentos dos quais as pessoas nem sempre participaram, mas ganharam força no imaginário do grupo gerando identificação com os indivíduos do passado. Ao longo da nossa narrativa sobre o Acordo do Campo e, principalmente, acerca da sua memória, utilizamos alguns aspectos da análise de Bilhão que são coerentes se aplicados ao recorte do processo histórico dos canavieiros aqui retratados, como a questão da identidade demonstrada acima, no relato de Beija-Flor. Em sua análise, a autora afirma que a identidade operária e outras identidades coletivas não existem de forma isolada uma das outras. Nesse caso, estudiosos do tema precisam pensar a relação, a convivência e conflitos com outras identidades em seu processo de construção, reconhecendo, assim, que as identidades sofrem transformações e reelaborações constantes. Então, a observação acima pode ser exemplificada pela fala do entrevistado Biu da Luz, quando conta sobre sua decisão de

participar do movimento sindical, abordada mais adiante, teve uma forte influência da Igreja Católica no estado de Pernambuco:

Vocês não queiram saber o que eu sofri. Além de sofrer os problemas, né?... de fora, né?... a incompreensão dos colegas, até colegas católicos, num é, que me chamaram de comunista? “Tu tá embarcando nessa, rapaz? Saí disso!” Além disso, em casa né, foi um problema muito sério. Quando eu me casei em 61, me casei no dia 31 de outubro de 1961. E já naquela época, já havia algumas reuniões, né?... bem sutil, lá no meio da reunião era lido o Evangelho.

A fala de Bui da Luz exemplifica o que chamamos de conflito entre identidades nesse processo histórico. Ao mesmo tempo em que ele se integrava ao grupo organizado pela Igreja, e decidiu entrar para o movimento sindical, foi chamado de “comunista” por seus colegas também católicos. Nesse sentido, as reelaborações no processo de construção de identidades são presentes e aparecem nos relatos dos entrevistados.

Assim como a identidade, a questão de gênero também pode ser citada como um elemento de diferenciação no seio das identidades e, ao mesmo tempo, formadora da identidade do trabalhador rural. Janaina Amado<sup>31</sup>, quando remonta à revolta de Formoso em Goiás nas décadas de 1940 a 1960 a partir da história oral, aborda a questão da violência sofrida pelas mulheres por seus próprios maridos, que muitas vezes desenvolviam dependências ao álcool, em consequência de uma vida sofrida e de miséria, aliada, também, à perda de representações da masculinidade e da virilidade na relação trabalhador/patrão. Analisando por esse viés, parte da infância do entrevistado Beija-Flor, momento em que defendeu sua mãe contra a violência de seu pai, que era infeliz com a vida que levava, com a miséria e exploração que sofria e por não saber lidar com essas questões, passou a descontar em sua esposa e nos filhos:

[...] Bom, é... Meu pai começou a beber muito e não ia mais trabalhar, e eu comecei a assumir a minha família já como chefe da casa, 13 anos. O administrador reconheceu que eu que era que tinha que ficar como responsável, que papai bebia e só fazia arengar com mamãe e querer matar todo mundo dentro de casa, porque a gente não ia comprar cachaça pra ele, e mais de uma vez ele pegava uma lasca de lenha e jogou uma lasca de lenha nas minhas canelas, e nas minhas canelinhas fininhas, coitado, se pegasse torava todas as

---

<sup>31</sup> AMADO, Janaina. **Eu quero ser uma pessoa**: revolta camponesa e política no Brasil. Resgate, n.5, 1993, p.47-69.

duas. Mas eu corria muito e fui embora, até que um dia ele disse: “eu vou-me embora”, e eu muitas noites livrava mamãe, dele querer matar mamãe.

Foram muitos episódios em que situações parecidas aconteceram com a família de Beija-Flor, como ele relata sobre outro acontecimento:

[...] uma noite de ano novo, entrada de ano novo, parece que foi em 1958 se não me engano, a gente dormiu por dentro das favas, por dentro dos roçados, porque papai queria matar mamãe e a gente, e ele dizia “daqui pra meia noite eu resolvo a minha vida, daqui pra meia noite eu resolvo a minha vida”, e atrás da gente pra matar a gente. A gente se escondendo atrás da roça, dentro da fava... Na casa da tia da gente, a maior alegria, a maior festa, um rádio de abc tocando o hino nacional e a gente escondido na roça, sem comer, sem chegar em casa, sem pelo menos participar da festa lá ou dormir. Aí quando papai foi embora, foi um alívio, mesmo sem querer tava tão cansado disso, que todo mundo dormiu tranquilo, escora porta, tranca a porta, olha que situação! E a gente dormiu tranquilo. Mas quando amanheceu o dia, papai tava na porta com as coisas dele todinha, voltou pra casa. Aí passou mais uns dias atormentando a gente, depois ele foi e aí não voltou mais, e foi-se embora.

Partindo também da visão por meio das relações de gênero, José M. Marques Ferreira Filho<sup>32</sup>, ao fazer sua análise sobre o adoecimento dos trabalhadores da indústria do açúcar a partir de fontes como prontuários médicos, aponta diversos fatores que determinavam as condições das mulheres trabalhadoras da cana, como a ausência de assistência médica durante os partos, sendo geralmente realizados por mobilizações coletivas de mulheres e parteiras, assim como o elevado número de abortos provocados pelo esforço físico excessivo durante a gravidez.

Além disso, o autor aponta a dependência ao álcool como estratégia dos trabalhadores para resistir ao ritmo de trabalho, assim como ocorreu com pai de Beija-Flor. De acordo com o Ferreira Filho, sendo a *plantation* um modelo de produção sofisticada com base no controle do corpo de centenas de indivíduos, o adoecimento do corpo do trabalhador é parte inerente ao processo produtivo. O trabalho compulsório pautado na fome levava à desnutrição crônica da massa de trabalhadores, à fadiga originária do processo de exploração no trabalho do corte da cana, aliada à ausência de

---

<sup>32</sup> FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. A indústria dos corpos exauridos na plantation açucareira no Nordeste brasileiro. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: Eduepb, 2015, p. 241-280.

alimentação. Sobre esse processo, Beija-Flor relata com tom de bom humor o sofrimento da fome passado por ele e sua família, em um episódio que não tinham nada para jantar e seu pai resolveu roubar macaxeira do roçado do vizinho:

Era mais de mil metros, um quilômetro por dentro da cana, de dia tudo bem, mas foi buscar de noite, atravessou dentro da cana, conseguiu chegar do lado de lá e foi e arrancou a macaxeira. O dono não viu, ninguém viu, e carregou, botou no balaio e veio dentro da cana, sendo que ele não acertou a trilha de noite. Aí ele ia sair fora, quando ele ia sair fora os cachorros do vizinho em cima dele, ele recuava pra dentro da cana, e assim como todos os moradores tinham cachorros, ele passou a noite dentro da cana, com o balaio na cabeça querendo sair pra chegar em casa. Só quando o dia clareou mais que ele conseguiu acertar sair de frente da casa dele, atravessar com balaio de macaxeira na cabeça. Bom, já era quase hora de ir trabalhar, tinha amanhecido, aí mamãe pegou as macaxeiras e foi descaçar. Disse “não é macaxeira, é mandioca, aí, mas vou botar no fogo”, ao que ele foi-se embora trabalhar, mesmo assim sem comer. E a gente, mamãe botou no fogo, ficou aquelas velas amarelas e a gente roeu, não comeu, a gente roía, entendeu? Pra não morrer de fome. E a gente começou, tomou água e ninguém morreu. O Santo, Deus é muito bom! E tinha noite que não tinha nada lá em casa, e agora pra você imaginar que a gente via fantasma dentro de casa, coisa que era a fome.

No relato, o pai sai de casa para trabalhar sem comer e os filhos acabam comendo mandioca, um tipo de raiz mais dura, para que não morressem de fome. O próprio Beija-Flor afirma que os fantasmas que via dentro de casa devem ser entendidos como momentos de delírio causados pela fome. Nesse sentido, não há o que discordar de Ferreira Filho quando ele afirma que a lógica da exploração do trabalho canavieiro então vigente privilegiava a produção em detrimento da preservação física e mental dos trabalhadores. Ao longo de seu relato, Beija-Flor conta que voltou a ter contato com seu pai, depois de muitos anos de o pai ter abandonado sua família para constituir outra. No entanto, continuou a sofrer a vida toda como camponês miserável, não conseguindo sustentar a nova família constituída, permanecendo no sofrimento do alcoolismo. Apesar de ser associado às Ligas Camponesas e ao sindicato, seu pai cometeu suicídio em 1984.

### **III. ANTES DO ACORDO DO CAMPO**

Os trechos de relatos apresentados acima se referem às décadas anteriores ao Acordo do Campo e foram utilizados para associar a construção teórica do tema com a metodológica que partiu da história oral e uso das entrevistas. Nesse ponto, iremos abordar a contextualização das lutas de campo no Nordeste, nas décadas de 1950 e 1960. Nesse sentido, a partir dos relatos, aprofundaremos o conhecimento acerca das formas de exploração sobre os canavieiros, seu trabalho e as precárias condições de vida antes do Acordo do Campo.

De acordo com Chirstine Dabat<sup>33</sup>, a revolução Cubana, no começo dos anos 1960, colocou o Brasil numa posição privilegiada na produção e exportação do açúcar para o mercado norte-americano, gerando um aumento de 239% na produção do açúcar nacional. Nesse sentido, intervenções estatais<sup>34</sup> estavam voltadas para o estímulo da produção. Em Pernambuco, no ano de 1961, um dos incentivos foi a criação do Fundo de Consolidação e Fomento à Agroindústria do Açúcar, que funcionou como um incentivo estatal à cultura da cana, sendo uma de suas medidas o fomento a programas de assistência social para os trabalhadores rurais. No entanto, explica Dabat:

Embora todos previssem alguma migalha para os trabalhadores rurais, sob a rubrica de “programas de assistência social”, o caráter genérico e repetitivo das intenções deixava mal augurar a sua implementação. A diminuição das poucas terras ainda acolhendo culturas alimentícias foi evidenciada para a região da Zona da Mata no estudo de Pernette Grandjean-Bitoun. Mário Lacerda mostrou também a diminuição nas culturas como mandioca, milho e feijão, durante o período de 1949-1971.<sup>35</sup>

Para além do corte de relações do mercado estadunidense com Cuba após a Revolução de 1959, o contexto que permeou a ascensão econômica da produção açucareira no Brasil foi de intensificação dos conflitos no campo, iniciados anteriormente, na década de 1950, com a mobilização dos camponeses do Engenho Galileia, culminando

---

<sup>33</sup> DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

<sup>34</sup> Os incentivos estatais para voltados para a agroindústria tem início com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), do ano de 1933, mecanismo do Governo Federal que funcionava para favorecer o aumento da exportação através do aumento da capacidade produtiva açucareira na região de Pernambuco. Com o aumento na década de 1960 da produção açucareira nacional e da crise internacional do petróleo de 1973, os incentivos estatais culminam na criação do Proálcool no ano de 1975.

<sup>35</sup> DABAT, 2012, p.81.

na organização das Ligas Camponesas<sup>36</sup>. As crescentes mobilizações públicas de camponeses no estado de Pernambuco se tornaram símbolo de resistência para uma parcela da sociedade, principalmente para trabalhadores rurais, no final da década de 1950, com a vitória da desapropriação do Engenho Galileia, ocorrida em 1959. No meio político do estado, a organização de oposição Frente do Recife e a eleição do udenista Cid Sampaio, no ano de 1958, para governo do Estado, simbolizaram algum avanço dos setores ligados às lutas sociais e populares e uma ruptura hegemônica do PSD desde a década de 1930 em Pernambuco. Nesse sentido, explica Montenegro:

Os partidos legalmente constituídos PSB, PTB, PST e UDN formalizam um programa e lançam a candidatura de um usineiro, Cid Sampaio, após romper com diversas resistências entre as esquerdas, sobretudo, do Partido Comunista, que tem muita força política, mas não aparece legalmente.<sup>37</sup>

Nesse sentido, a visibilidade nacional e local sobre a questão camponesa e agrária no Nordeste foi intensificada, tornando a reforma agrária uma questão de debate cotidiano. Isso levou setores conservadores, historicamente dominantes da sociedade, a enxergarem o Nordeste como um possível foco de revolução. Nesse sentido, segundo Júlio César P. de Barros, “toda forma de ação que visasse promover mudanças na ordem vigente era tida como subversiva e associada diretamente ao comunismo”<sup>38</sup>. Além disso, o papel da imprensa foi importante na divulgação dessa ideia do Nordeste revolucionário, com as reportagens de Antonio Callado sobre focos de mobilizações rurais no Ceará, Paraíba e, especialmente, o despertar dos camponeses em Pernambuco, que teve um grande impacto para imprensa nacional. Nesse sentido, Barros explica:

A imagem de Nordeste que se apresentava aos leitores dessas notícias era de uma região atrasada, de pessoas famintas e que estavam buscando solucionar seus problemas a partir da mobilização popular. O centro das mudanças era Pernambuco. Palavras como “massas rebeldes” e “revolta camponesa” permeiam o texto de Callado. Dessa forma, se de um lado as notícias denunciavam a situação a que estavam expostas grande parte da população

---

<sup>36</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. IN: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-271.

<sup>37</sup> MONTENEGRO, 2003, p.257.

<sup>38</sup> BARROS, J. C. P. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação de mestrado em história, UFPE, Recife: 2013, p. 41.

rural nordestina, de outro, acabou por deixar muita gente temerosa em relação à situação que se processava naqueles estados.<sup>39</sup>

Nesse momento, as relações da política hegemônica nacional estreita laços com os Estados Unidos, durante o governo John Kenedy (1961-1963), que passa a promover programas para impulsionar o desenvolvimento no Brasil, a partir da criação da *United States Agency for International Development* (USAID), que passou a atuar dentro da chamada “teoria de modernização”, a fim de evitar insurreições no campo, eram na prática programas anticomunistas. Nesse sentido, Barros explica:

A Aliança para o Progresso tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social dos países latino americanos. Para o governo estadunidense, a superação do subdesenvolvimento era sinônimo de combate ao comunismo. Portanto, os investimentos só chegariam aos países que estivessem dispostos a desenvolver programas anticomunistas. Cuba não fazia parte da OEA e, muito menos, estava ao alcance dos programas da Aliança. Qualquer outro país que apresentasse sinais de seguir o exemplo cubano teria o mesmo destino. Portanto, para evitar o surgimento de novas “cubas”, foi criada a Academia Interamericana de Polícia (IAPA) no Panamá.<sup>40</sup>

Ainda segundo Barros, esses programas também foram destinados a Pernambuco, mas foram barrados após a eleição de Miguel Arraes de Alencar, do Partido Social Trabalhista (PST), para governador no ano de 1962:

Diversos agentes das forças armadas latino americanas foram enviados para treinamento em *Fort Davis*. Também estava prevista a inclusão de policiais pernambucanos na academia do Panamá.<sup>41</sup>

Diante desse quadro, a partir do ano de 1962, com a eleição de Miguel Arraes, a história da luta por direitos dos canavieiros na Zona da Mata pernambucana passa a tomar novos caminhos e novos moldes de organização, culminando em dois eventos cruciais de articulação: a grande greve do ano de 1963 e o Acordo do Campo.

Para compreendermos o contexto que se inserem e a profundidade dos dois eventos cruciais da luta dos canavieiros no estado de Pernambuco, precisamos retroceder um pouco mais na escala cronológica dos acontecimentos antes da eleição de Miguel

---

<sup>39</sup> BARROS, 2013, p.44.

<sup>40</sup> BARROS, 2013, p.58.

<sup>41</sup> BARROS, 2013, p.59.

Arraes. Para isso, contextualizaremos a condição de vida dos trabalhadores canavieiros, historicamente subjugada às regras dos usineiros. A obra de Christine Dabat, *Moradores de engenho*, retrata de forma aprofundada e detalhada as formas de exploração organizadas pela classe patronal para manter os trabalhadores rurais sob seus mandos. Um exemplo de estratégia articulada para manter a exploração sobre os canavieiros, na década de 1950, era o sistema de morada, para a qual canavieiros trabalhavam como assalariados na monocultura de cana-de-açúcar e podiam cultivar sua produção de alimentos em um lote de terra cedido pelo patrão. Essa estratégia visava a fixar a mão-de-obra do trabalhador a terra e o pagamento de salários ínfimos, gerando, entre outros fatores, a queda na subsistência dos próprios trabalhadores. Ao mesmo tempo, as práticas de violência, dominação e exploração não eram enfrentadas pelo Estado, mantendo, assim, o campo como um espaço de perpetuação das práticas do período escravista. Nesse sentido, como veremos adiante nos relatos, a relação da condição dos trabalhadores canavieiros com a escravidão é um elemento constantemente lembrado e ressaltado na memória dos entrevistados.

Conforme já citado anteriormente, o entrevistado Beija-Flor foi líder sindical durante a década de 1960 e atuou no sindicato dos trabalhadores rurais de Paudalho, tendo trabalhado no corte de cana com sua família desde criança. Ao relatar sua história de vida, conta a situação da sua família que dependia do trabalho no corte da cana-de-açúcar. Retrata o trabalho infantil como um elemento comum e presente durante sua vida, e explica como funcionava o sistema de morada dos trabalhadores nos engenhos e o início do processo de expulsão:

Aí, até então, quer dizer antes as famílias viviam no campo, num era com duas hectares não, vivia até com dez, era muita terra, mas com a valorização do açúcar e do álcool, a criação do IAA [Instituto do Açúcar e do Álcool], os patrões se ambiaram muito mais e começaram a tomar as terras dos trabalhadores e plantar cana. Porque antes era uma categoria que até chamava de fornecedores. Plantava cana e fornecia para o engenho ou para a usina e tinha a área pra plantar a lavoura de subsistência que não era pequena, era grande, mas foi se acabando. A mão de obra que era como se fosse a agricultura familiar hoje passou a ser assalariada. Assalariada não, escrava. Porque não tinha salário, eles era quem dizia o quanto ia pagar e combinava com os outros, fechava o circo. O trabalhador ali, morrendo ou chorando, era aquilo mesmo.

Na sequência, ele ainda narrou como sua família saiu do engenho. Seu pai teria sido “desonrado” pelo patrão, e partir daí levou sua família para morar na periferia da cidade de Paudalho. Beija-Flor relata que o único trabalho que sobrava ainda era o corte de cana, apesar de não gostar, mas como irmão mais velho, apenas com 8 anos de idade, foi cortar cana com seu pai. Beija-Flor se coloca naquele período ainda como Severino, o menino que era explorado pelo sistema sem consciência de seus direitos como trabalhador, posteriormente, se reconhece como Beija-Flor quando já integrado na luta por direitos. Esse processo de compreensão sobre as transformações na sua própria identidade é imensamente significativo para compreendermos a questão simbólica e de identificação com o grupo dos canavieiros que o movimento sindical proporcionou na sua vida, assim como faz parte das reelaborações acerca das identidades. Ainda menino, retrata a forma como ia para o corte de cana, lembrando-se das feridas doloridas, abertas pelas palhas e os pés descalços:

Cadê emprego? Cadê trabalho? Limpar cana de novo que eu não era Beija-flor, era Severino, e fui limpar cana de novo acompanhar ele. Aí a primeira semana eu me cortei todinho na vara da cana, vocês sabem que ela corta, e eu vim pra casa de noite dormir. E quando ia dormir, dormia e no outro dia quando era cedo tava todo cheio de pus, dos cortes da palha da cana. Aí de madrugada pra se levantar e pra ir de novo, isso dóia muito, incomodava muito e descalço, a ladeira que a gente descia pra ir pro corte, e ir subindo era muita pedrinha e a gente descalço. Papai fazia pra ele uma percata de pneu de carro, pneu abandonado, ele pegava, cortava, pegava o coro do boi e fazia as arriaças, como as havaianas, sendo um jeito grosseiro... mas ele estava calçado e eu descalço.

Para muitos canavieiros que vivenciaram o período de exploração mais intensa contra os trabalhadores no campo, no período anterior à década de 1960, o quadro que eles estavam inseridos era de escravidão, assim como Beija-Flor fala em seu relato. A Consolidação das Leis do Trabalho, do ano de 1943, previa a sindicalização legal, serviu como instrumento de luta para trabalhadores urbanos, mas sua extensão aos trabalhadores rurais foi barrada pelo bloco agrário, dando assim continuidade a formas tradicionalmente intensas de exploração dos trabalhadores do campo, com o não reconhecimento de seus direitos pelo patronato. Em Pernambuco, a ausência de fiscalizações de órgãos do Estado e a impunidade aos crimes cometidos contra trabalhadores que enfrentavam os patrões tinham início e fim dentro dos portões dos engenhos, a partir da ação cotidiana das

milícias de capangas dos empregadores. O entrevistado José Paulo fala sobre a sua percepção da CLT enquanto trabalhador rural:

No mesmo ano em 1943, foi quando Getúlio tava nesse incentivo e não tinha lei pra justamente garantir os direitos dos operários e nem da cidade, foi quando a CLT foi trazida do estrangeiro. Nós do campo pensando nas notícias que vinha da CLT, nós não sabia o que era a CLT, a gente com fome e animado porque a CLT vinha e quando a CLT veio só abrangeu até os operários, as indústrias e justamente o pessoal do comércio. Nós do campo ficamos sofrendo por conta de que até os engenhos a cana que era moída dos engenhos passou a ser moída na usina, os engenho que quem plantava cana e entregava ao patrão passou a ser diarista, mas um diarista assim, recebendo um salário que o patrão quisesse pagar, porque num tinha uma lei que garantisse essa questão do salário, isso perdurou, essa questão da fome até, essa fome, essa questão todinha, essa moleza toda.

Assim como Beija-Flor, José Paulo começou a trabalhar no corte de cana na infância, aos 7 anos de idade para sustentar sua mãe e três irmãs mais novas. Nesse sentido, relata as condições de miséria e ausência de qualquer forma de higiene nas condições de vida de sua família:

[...] assim, minha roupa era comprada na padaria, você sabe qual é o pano de padaria, né, que é o saco, e assim eu fui criado nesse período. [...] As dificuldades de higiene, nós dormia em cama tirada na mata, chamada de cama de vara, então o colchão era folha de banana seca, nesse tempo não existia higiene nenhuma, então nós dormia e muitas vezes se acordava com a roupa que dormia, mesmo de saco, acordava toda melada de sangue que era justamente um inseto, o percevejo, era a pulga que hoje é do cachorro, então isso geralmente batia um soco, isso perdurou.

Na análise das entrevistas é possível perceber um padrão que se refere à idade que as pessoas começavam a trabalhar no corte de cana, assim como Beija-Flor e José Paulo, o entrevistado Biu da Luz também começou a trabalhar aos 7 anos de idade e explica que essa era uma tradição, os pais ensinavam aos filhos a trabalhar desde muito cedo para sobrevivência:

Aí com sete anos de idade, todo trabalhador rural com sete anos de idade, ele já começa a ajudar os pais, com sete anos de idade. Aí a gente ia semear a cana, a gente plantava uma bolinha, chamava bolinha né? ... que era um pedacinho de roça que era pra no São João, no fim do ano, a gente vender a macaxeira, a

farinha ou qualquer coisa pra comprar roupa, comprar alguma coisa pra si, entendeu? Os pais já educava nesse sentido: faça aí seu plantio de roça, sua bolinha, chamava bolinha. Plante aí sua bolinha de roça pra quando for no fim do ano a gente vender a macaxeira pra você comprar alguma coisa pra você.

O processo de expulsão dos moradores do engenho igualmente atingiu a família de Biu da Luz, que foi morar na periferia, no seu caso, na cidade de Carpina, fato que também é um elemento de semelhança entre as histórias de vida dos entrevistados. Nesse sentido, Biu da Luz ainda enfatiza em sua fala que esse processo aconteceu com sua família, mas que atingiu muitos trabalhadores. Em seu relato, ele associa o processo de expulsão de sua família à criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, com a valorização do preço do açúcar:

Pois bem, mas essa coisa, por isso que eu digo a gente tá conversando essa história demora muito, né, mas essa coisa, essa situação piorou ainda mais, mais na frente quando foi criado o IAA, o Instituto do Açúcar e do Alcool. Quando foi criado o IAA, o Instituto do Açúcar e do Alcool, esse Instituto foi criado pra valorizar a cana-de-açúcar. Aí quando a cana-de-açúcar passou a ser valorizada, o açúcar e tudo né, aí as usinas, os senhores de engenho e tal endoidaram. Mesmo aquelas pessoas que trabalhava no cambão, mesmo aquelas pessoas que trabalhavam de lavrador foram expulsos. Meu pai saiu da vargem, do engenho da vargem e veio morar nas periferias aqui da cidade de Carpina. E foi aqui, foi aqui em Carpina que a coisa piorou pra muita gente, porque o cara saía do sítio e vinha pra periferia da cidade, sem ter trabalho, sem ter profissão, a profissão que tinha era a agricultura, entendeu? Eu tô falando o caso do meu pai, mas foram muitos, foram muitos! É nos anos 50 mais ou menos, mas só que meu pai ainda durou. Saiu de lá mais ou menos em 54 por aí. Essa questão começou em 46, 47, 48, mas foi se agravando, foi se agravando, foi se agravando e os caras foram sentindo o gosto, né, do ganho, né?... Porque as pessoas trabalhavam de graça, né, quase de graça, ele não tinha despesa com nada, só era lucro né, só era lucro. E ainda mais porque tinha o subsídio do governo.

O entrevistado Beija-Flor na reconstrução da memória de sua infância, também se recorda da miséria e da fome que sua família passava. Para sobreviver, sua mãe cozinhava farinha com sal para seus irmãos pequenos enquanto ela e ele, como irmão mais velho, ficavam sem comer. E para saciar um pouco a fome, entravam no canavial e chupavam cana-de-açúcar às escondidas. O episódio narrado a retrata vigilância severa do usineiro e o medo que sentiam de serem pegos chupando cana:

[...] a farinha ficava um pouco inchada. A farinha quando você bota água nela, seja morna, quente ou frio ela incha, e mamãe separava isso pra meus irmãos que era menor, e a gente, eu e ela ia pra dento da cana. A gente com uma faquinha, e começamos. A gente não tirava mais dos que 2 palmos de cana não, porque o resto era bandeira, cana verde demais. E a gente nem se lembrava que diziam que aquilo dava urina quente, inteiriça, hepatite, que naquele tempo não chamava hepatite. Bom, e um dia a gente tava lá e o dono do engenho andava num cavalão. Era seu Jaime Toscano de Melo, era o dono do engenho, era quem pegava dinheiro do São Severino que o povo levava pra lá. Era ele e a família dele que tomava conta desse dinheiro, porque Santo não quer dinheiro, mas ele era uma pessoa assim muito carrancuda, velho e tinha uma mania de toda 6 horas passar na frente da casa da gente porque ele tava no campo, ele vinha do campo e tava voltando pra casa dele lá na serra do engenho perto da igreja. E a gente nem se lembrou disso. Quando a gente tava chupando cana, a gente viu foi era o cavalo dele: “mamãe, seu Jaime”, “ai, meu filho”. E a gente chupando cana, a muriçoca pegava a gente e botava pra torar, pernilongo, né, muriçoca, e a gente não podia nem dá uma tapa, porque ele ficava na beira da estrada e a gente chupou cana e foi o café da gente. Fomos simhora e sobrevivemos. E foi isso.

A década de 1950 foi um marco importante para a retomada das lutas no campo. As Ligas Camponesas se tornaram um exemplo e sua organização teve ressonância em todo território nacional, em especial, na zona canavieira pernambucana, servindo de incentivo para o começo da organização do sindicalismo rural, encabeçado por setores da Igreja Católica. De acordo com Abreu e Lima<sup>42</sup>, o recurso jurídico foi um mecanismo de luta dos camponeses associados às Ligas, respaldados pelo advogado Francisco Julião. Dessa forma, os casos de polícia que envolviam os direitos dos trabalhadores rurais passaram a ser lidados como questões políticas e sociais. Mais tarde, especialmente a partir de 1979, no movimento sindical rural, a via jurídica também passa a ser um instrumento de luta por garantia de direitos. Nesse sentido, Biu da Luz demonstra conhecimento em relação ao histórico das lutas no campo e fala sobre o alcance das Ligas Camponesas e o desconhecimento dos trabalhadores rurais na época em relação a essas lutas:

É aí já existiam as Ligas Camponesas em outra parte do Brasil, já existia luta em outras partes, né? ... que essa questão do capitalismo começou desde o século XVIII, né?...que vocês sabem disso, é ensinar pai-nosso ao vigário. E

---

<sup>42</sup>ABREU E LIMA, M. S. **Construindo o sindicalismo rural: Lutas, partidos e projetos**. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

foi que começou a luta do capitalismo, né? ... Contra os trabalhadores no século XVIII e a experiência deu certo, os capitalistas começaram a crescer assustadoramente e foi se espalhando para o resto do mundo, né?... E chegou aqui para o Brasil e surgiu já alguns sindicatos rurais, né... como Bragança em São Paulo, Itabuna na Bahia, Campo no Rio de Janeiro, entende?... Foram surgindo esses sindicatos e a gente aqui sem saber de nada, entende?... A gente aqui não sabia de nada, trabalhador não sabia de nada. Mas quando a gente veio pra periferia da cidade foi ruim por um lado mas por outro lado foi bom porque a gente tinha mais liberdade, entendeu? No engenho ninguém podia fazer reunião, era proibido. Quem que podia fazer reunião no engenho?

Diante desse quadro, Beija-Flor também rememora, em sua fala, o sentimento em relação à situação dos canavieiros e dos camponeses associados às Ligas:

A Igreja teve interesse de criar sindicatos porque existia as Ligas Camponesas. E as Ligas Camponesas era mais avançada. As Ligas Camponesas tinha uma luta mais por terra até pedir a reforma agrária na “lei ou na marra”, esse era um dos lemas. Enquanto o pessoal da Igreja era mais uma área de assalariado, era área da Zona Canavieira era a zona mais, a região mais sofrida do escravo, da escravidão, do senhor de engenho, de usineiro.

Assim como Biu da Luz, o entrevistado Zé Francisco também reconhece o alcance das Ligas Camponesas e seus principais líderes e cita áreas de atuação do movimento naquele momento no campo:

Começaram com Vitória, né?... o Engenho Galileia com Julião, mas foi se estendendo por essa região também Aliança, Itambé, Ferreiro, onde podia eles, Paudalho, eles tavam penetrando. Ribeirão, a mata sul também, Palmares. Se bem que no caso de Julião foi mais puxando pra cá na mata sul, foi mais Gregório Bezerra. Gregório penetrou muito em Palmares, essa região toda como é que chama Ribeirão, Rio Formoso, Barreiro, aquele município Água Preta, aquela região sul foi mais sobre a coordenação de Gregório Bezerra e Julião de Vitória pra lá até a Paraíba, a parte de Julião. E a Igreja Católica foi dita aqui também, os bispos do Nordeste se reúnem tomam a posição de estimular nas ruas o pessoal do campo.

Como já foi dito, a atuação das Ligas Camponesas foi de grande importância para as mobilizações de trabalhadores rurais. Nesse sentido, outros movimentos surgiram como organizadores. Os líderes sindicais entrevistados, neste trabalho, tiveram uma importante influência da formação sindical por meio da Igreja. Nesse sentido, iniciativas

como o Movimento de Educação de Base (MEB), do ano de 1961, foram organizadas por setores da Igreja para a conscientização dos trabalhadores rurais. Posteriormente, a criação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), também, no ano de 1961, foi encabeçada por duas importantes lideranças católicas no campo, Padre Melo e Padre Crespo<sup>43</sup>, tendo por finalidade promover a sindicalização rural e a organização dos trabalhadores. Autoras como Abreu e Lima e Dabat defendem que tais iniciativas da Igreja foram organizadas para diminuir a influência do Partido Comunista e das Ligas Camponesas no meio rural. Assim, quando a sindicalização por meio da Igreja passou a ganhar espaço dentro da Zona da Mata canavieira, passaram a rivalizar com o trabalho de mobilização do PCB articulado com as Ligas Camponesas. A respeito disso, Biu da Luz enfatiza o papel dos padres na organização do SORPE e a diferença de atuação da Igreja e das Ligas Camponesas:

Era Padre Crespo, ele quem foi o coordenador do SORPE. E foi Padre Crespo que toda, todos os cursos que a gente fazia ele tava no meio como coordenador. Dom Hélder Câmara também ajudou muito. Inclusive perseguiram tanto Dom Hélder que um dia a Polícia Federal foi pegar ele ali no Geriquiti que era da Igreja, da arquidiocese ali de Recife, foi pegar ele, mas ele não tava lá, ele tinha viajado. Dom Hélder viajava muito, né?... e aí não conseguiram pegar ele. Mas denunciaram, os patrões denunciaram que Dom Hélder era um comunista e foram pegar Dom Hélder e Padre Crespo trabalhava lá também. A sede do SORPE era lá, no Geriquiti. E não tinha FETAPE, não tinha nada. A gente tava criando os sindicato. Aí a Igreja descobriu que tinha lei que dava direito criar sindicato, foi por isso que ela criou os sindicato, porque as Ligas Camponesas diziam “ou na lei ou na marra”, o slogan era esse aí, “ou na lei ou na marra”. E a Igreja Católica dizia: “não, vamos na lei, vamos defender os trabalhadores na lei”.

Embora existisse esse embate narrado por Biu da Luz, o SORPE foi base importante para formação de muitos líderes sindicais, sendo exemplo disso, José Francisco, um dos entrevistados nesse trabalho que teve sua formação sindical católica através dessa organização. Em 1962, foi fundada a Federação dos Trabalhadores Rurais

---

<sup>43</sup> Padre Melo e Padre Crespo permanecem como os dois líderes católicos atuantes na sindicalização rural até o golpe militar de 1964, quando Padre Melo passa para o lado dos militares e, apenas, Padre Crespo permanece na resistência e atuação com os sindicatos junto aos trabalhadores rurais. Beija-Flor retrata essa questão quando diz: “Muito diferentes, mas isso a gente não sabia. Eram muito diferentes e a prova foi quando ele, quando chegou a hora do golpe, Melo ficou do lado do golpe do lado dos militares, e Crespo continuou do lado da gente, lutando pra retomar os sindicatos e até um tempo desses que agora morreu, né... mas até a morte dele, ele foi um grande lutador pelas causas sociais e principalmente aqui na zona canavieira. Crespo era de Jaboatão e Melo era de Moreno.” (Beija-Flor, novembro de 2017).

de Pernambuco (FETAPE), que passou a atuar junto ao SORPE. Inicialmente, a FETAPE iniciou seu trabalho a partir de apenas 5 sindicatos, a saber: Vitória do Santo Antão, Caruaru, Limoeiro, Lajedo e Barreiros, sendo o Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, organizado por sindicatos católicos, um evento crucial para sua fundação. Nesse congresso, realizado em maio de 1962 em Itabuna-Bahia, também surgiu a proposta da formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada em 1963. Segundo Abreu e Lima, houve um crescimento significativo do número de sindicatos entre os anos de 1962, a partir da criação da FETAPE, e o ano de 1963, a partir da atuação política de Miguel Arraes.<sup>44</sup> De acordo com Dabat<sup>45</sup>, essa relação da Igreja se associando ao movimento de sindicalização rural reafirmou o seu controle e fortalecimento enquanto instituição conciliadora de conflitos sociais. O entrevistado Biu da Luz relatou sobre a organização da Igreja com os trabalhadores rurais e a intenção da mesma em frear o avanço do comunismo no campo:

Aí já existia as encíclicas do Papa João XXIII, né, Paulo VI, recomendando num é? A organização sindical, a organização dos trabalhadores, essa coisa toda entende?... Então com base nessas encíclicas e com base também no trabalho que as Ligas Camponesas já tinha feito, já tava fazendo, entende, a favor dos trabalhadores, contra o capitalismo, contra a exploração do trabalhador. E aí os patrão começaram a chamar as Ligas de comunista e a Igreja tinha muito medo de comunismo, né?... Mas naquela época, a gente não sabia de nada disso, depois que a gente começou a alcançar e vê porque foi que a Igreja entrou, porque a Igreja sempre foi conservadora, todo mundo sabe disso, né? Eu sou católico, não mudei de religião por causa disso, né?... sou católico e quem é católico sabe disso, né?... Que a Igreja sempre foi muito conservadora. E aí, a gente, como fazia parte da Igreja, já tinha facilidade de falar com o pessoal, aí a gente já saiu, pega fulano, chama fulano, beltrano pra fazer um curso, pra falar do sindicalismo, pra organizar sindicato, porque aí criando o sindicato, né?... Onde já tem o sindicato não tem as Ligas Camponesas né? Evita isso, oh, tudo bem. A gente começou a entender depois que a ideia da Igreja Católica era combater, era combater as Ligas, entendeu? A gente começou a perceber isso depois, mas logo no começo não.

Biu da Luz ao reconstruir a memória tendo conhecimento do embate existente entre a Igreja Católica e as Ligas Camponesas com o avanço do comunismo ainda

---

<sup>44</sup> ABREU E LIMA, 2012, p.59.

<sup>45</sup> DABAT, 2010, p.135.

reconhece e ressalta o papel das lideranças católicas para o incentivo da organização dos sindicatos:

[...] De qualquer forma a gente não pode dizer que não foi uma boa da Igreja, foi. Porque se não fosse a Igreja ninguém tinha fundado sindicato, porque a Igreja todo mundo confiava, confiava na Igreja. Então ou achando ruim ou não, eu me lembro de um curso de 35 pessoas que a gente participou logo no começo pra saber o que era o sindicato, como era que se organizava o sindicato. O curso de uma semana quem custeava era a Igreja, né?... a Igreja custeava a alimentação essa coisa toda.

Nesse sentido, com o incentivo do SORPE, os primeiros sindicatos passam a ser formados e organizados. Biu da Luz falou como isso se deu na cidade de Carpina e seu trabalho voluntário no movimento sindical ano de 1962, no mesmo ano da criação da FETAPE:

[...] Meu pai, meu pai foi um dos primeiros fundadores do sindicato aqui em Carpina, foi um dos primeiros fundadores, eu fui sócio do sindicato também daqui de Carpina, entende? Aí a gente começou a participar no sentido de criar sindicato, muito difícil, mas como a gente morava na rua e com a ajuda dos padres a gente fazia reunião na paroquial. Plantando verdura e vendia no final de semana pra subsistência, entendeu? Depois passei a botar banco na feira também no final de semana. E esse trabalho no sindicalismo era um trabalho voluntário que a gente fazia à noite, dia de domingo, dia feriado, entendeu?... era um trabalho assim, voluntário. Então eu entrei no movimento sindical, voluntariamente, em 1962 e foi o ano que começou exatamente a criação dos sindicatos, entendeu?... e foi também a criação da FETAPE, 1962.

Biu da Luz contou que foi bastante criticado e alertado do perigo por seus colegas ao escolher trabalhar como voluntário no movimento sindical, no entanto, abordou a decisão como uma escolha que partiu de uma “questão de consciência”, que compreendemos como um processo de consciência política, de classe e de identidade que estava sendo formada:

Vocês vão ter que ter jeito pra fazer o trabalho. Se você abrir a boca em qualquer lugar, vocês podem ir preso, vocês podem apanhar e de fato aconteceu muito isso, né? Companheiros que ficaram empolgados e começaram a falar ficaram perseguidos. Eu me lembro, eu me lembro de até colegas da própria Igreja, né?... que ficou: “Mas Biu da Luz” – meu apelido é Biu da Luz –, “você tá entrando nessa, é? Isso é comunismo rapaz, isso é

comunismo, eu não vou nessa não! Isso é comunismo, não vá nessa, não, que isso é comunismo”, entende? E eu ficava naquela, naquela corda bamba pensando “vou ou não vou”, né? Até que eu comecei a pensar: “mas não é possível, eu tô vendo que a verdade, eu tô vendo que a situação dos trabalhadores é essa, tô vendo, tô sentindo. Papai morria de trabalhar lá no engenho, a escravidão, o que tão dizendo lá é isso mesmo, é isso mesmo, e eu tô vendo essa realidade. Quem é que vai fazer esse trabalho se a gente não fizer? Qual é o outro que vai fazer?” Eu só não, e muito outros, José Francisco foi um deles também no começo, né? Amaro Biá, e outros mais, Beija-Flor e tantos outros, né?... Então essas pessoas começaram a ver que, ou assumia ou então ia deixar ser engolido e aí foi uma questão de consciência, entende?

Já o entrevistado Beija-Flor, para falar sobre sua entrada no movimento sindical, relatou sua história de vida e que, em determinado momento, se identificou com a “cantoria”. Explicou que quando cortava cana e cantava conseguia esquecer um pouco o sofrimento. Beija-Flor conta que era convidado por um amigo para cantar à noite, na casa da farinha para entreter outros trabalhadores enquanto estes trabalhavam. Com isso, só um tempo depois, compreendeu que seu amigo, Luiz Rivaldo, explorava os trabalhadores e que estava também sendo explorado. Puxando pela memória, demonstrou que adquiriu uma consciência política, posteriormente, ao entrar para o movimento sindical, e evidencia as diversas formas de exploração e conflitos de interesses no cotidiano de um trabalhador do campo:

Então ele sabendo da minha potência de cantar, de alegrar, aí ele me convidava também pra explorar. O termo hoje é esse, é assim, eu ia pra lá pra casa de farinha de noite, cantar pra enterter o pessoal e raspar muita mandioca. E eu não sabia que eu tava explorando os outros, mas eu tava sendo explorado também. Só depois que ele foi prefeito, foi presidente do sindicato, foi prefeito e foi defunto, aí foi que eu descobri.

Foi contando sobre sua experiência com mais uma forma de exploração que chegou a mencionar pela primeira vez a figura de Miguel Arraes e suas ações políticas voltadas para os trabalhadores canavieiros. Nesse ponto, a memória individual, política e coletiva se misturam em seu falar, demonstrando que, apesar de cronológico, detalhista e profundo, seu relato de vida individual converge com as posições políticas e ideológicas do grupo social e político que integra, como fica evidente no que relatou:

E ficava cantando, e o pessoal aqui raspando mandioca, e ninguém cochilava, e ia lá pra meia noite quando a gente parava, todo mundo contente, feliz da

vida. Eu não sei se ele pagava mais alguma coisa aquele pessoal, eu sei que a mim ele prometia de me dá uma viola, e nunca me deu. Sabe quem me deu a viola? Doutor Miguel Arraes. Doutor Miguel Arraes foi quem me deu a viola, na época que foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, a lei 4.214, 2 de março de 63, né? Então doutor Arraes fez uma promessa e teve Acordo do Campo, uma promessa não, ele no Acordo do Campo foi incluso que os patrões pagariam os 13º mês dos trabalhadores e os trabalhadores não arrendaram terra. Naquele tempo, o sindicato era o pessoal, os trabalhadores sofriam mais, e **sofrimento, às vezes, é uma lição pra enfrentar a luta.** (Grifo meu).

#### IV. ACORDO DO CAMPO POR MEIO DA MEMÓRIA

Diante dessa contextualização a partir dos relatos, entendemos que para os entrevistados a formulação do Acordo do Campo funcionou como instrumento e estímulo para a organização da classe dos trabalhadores rurais, que até meados do ano de 1962, atuava de forma individual em cada engenho e usina, pois o movimento sindical rural ainda tomava forma. Apesar de o Acordo ser a junção de cláusulas diversas, elas diziam respeito a um tipo específico de trabalho e, conseqüentemente, a uma categoria de trabalhadores. Essa identificação fomentou a construção da identidade do trabalhador canavieiro, que naquele momento histórico se constituía. A década de 1960 já se iniciava com uma maior organização dos trabalhadores rurais, greves e paradesios em focos pequenos, como em 1961, quando ocorre uma greve no município de Igarassu e em Vitória de Santo Antão no ano de 1962.

Ao ser eleito governador de Pernambuco no ano de 1962, Miguel Arraes já possuía uma trajetória pública consolidada na política, e sua eleição foi marcada pelo contexto de crise que passava por questões econômicas que estariam causando instabilidade social e política no estado. Advinda da frente política de oposição Frente do Recife, a figura política de Arraes estava ligada a um símbolo de caráter popular e suas ações nos seus 14 meses de governo consolidaram essa visão, demonstrando um ataque aos privilégios históricos dos latifundiários, usineiros do estado, reivindicando, principalmente para os trabalhadores rurais, trabalho, terra e qualidade de vida. O entrevistado Zé Francisco, em seu relato, demonstrou o conhecimento que tem sobre a trajetória de Miguel Arraes e assim como suas percepções sobre as propostas e projetos políticos:

A saída de doutor Arraes lá do Ceará, a vinda pra Pernambuco, estudou fez faculdade aqui em Pernambuco, depois mergulhou. Eu me lembro bem logo quando IAA, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o trabalho que ele desenvolveu lá dentro, a relação dele com Pelotas da Silveira. Enquanto ele não chegava ao Governo do Estado ele foi secretário de Pelotas da Silveira. Uma pessoa dessa formação e o doutor Arraes ele tinha a cabeça muito boa, o coração muito bom, uma pessoa comprometida com o projeto de sociedade que vai além de uma etapa menor. Ele sempre defendeu uma sociedade de inclusão social, fazer com que os pobres, os pequenos, a classe média seja de fato incluída nesse projeto de sociedade.

Apesar de sua atuação ser dita como de esquerda e seu comprometimento com um projeto de sociedade que visava à inclusão, Arraes tinha divergências políticas com outros grupos da esquerda Pernambucana, que serão abordadas mais a frente, como os trotskistas, que possuíam forte atuação em municípios como Moreno, Itambé e Jaboatão. Apesar de popular, o governo não possuía caráter de enfrentamento, mas sim de conciliação entre as classes. As divergências políticas da esquerda não impediram que o movimento sindical crescesse naquele período. Os dados mostram que em 1962, o número de sindicatos no estado de Pernambuco era 14, e em 1964 aumentou para 71, o que significa um aumento de 81% do número de sindicatos durante o governo Arraes.<sup>46</sup> O governo estadual de Arraes possuía uma política de ação direta no campo a partir da criação da Secretaria Assistente, que atuou como um canal de entendimento entre as entidades sindicais e os patrões, tendo em vista o respeito às normas do Estatuto do Trabalhador Rural, sendo a atuação da Secretaria Assistente explicada com detalhes por Júlio César P. de Barros.<sup>47</sup>

Nesse sentido, o ano de 1963, é marcado, novamente, pela intensificação dos conflitos no meio rural. A fim de frear e impossibilitar mobilizações de trabalhadores, projetos foram gerados pelos setores políticos e econômicos com o objetivo de estabilizar a questão social do campo e a fixação do camponês a terra. Uma dessas medidas foi a proposição do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) no mesmo ano. Tratava-se da ampliação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) aos trabalhadores rurais, em tentativa de diminuição do acentuado desequilíbrio da relação capital/trabalho no campo.

---

<sup>46</sup> BARROS, 2013, p. 107.

<sup>47</sup> BARROS, 2013, p.94-141.

Biu da Luz explica a animação dos trabalhadores em saber que a CLT seria estendida para o campo:

Pois bem, aí quando a gente começou a ganhar, os trabalhadores ficaram animados, ficaram muito animado! Tinha direito a férias, décimo terceiro mês, não tinha nada, a primeira lei que saiu depois dessa luta todinha foi a lei 4214, 2 de março de 63 o Estatuto do Trabalhador Rural, 2 de março de 63. E já existia a CLT que é de 45, mas para o trabalhador urbano. Oxe, o pessoal ficou muito animado, muito animado... Já pensou? O camarada não podia nem falar em sindicato no engenho e parar pra dizer: “Patrão, ou o senhor me paga ou a gente para, depois da lei”. Foi um negócio assim de repente, de repente o cara saía da escravidão que não podia nem falar em sindicato e depois botar o patrão na justiça. Depois ter o direito de botar o patrão na justiça.

De acordo com Moacir Palmeira<sup>48</sup>, mesmo que não oferecesse risco à estrutura fundiária no Brasil, o ETR serviu de arma para os trabalhadores, pois os proprietários teriam de se curvar às disposições do Estatuto, conseqüentemente aos direitos dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, explicou Zé Francisco:

[...] aí o pessoal começou a reivindicar e cobrar os direito porque o Estatuto do Trabalhador Rural tava praticamente aprovado, foi aprovado oficialmente depois, mas já tinha um esboço do Estatuto tramitando no Congresso Nacional e mesmo quando foi aprovado do Estatuto do Trabalhador Rural, já tão tabelando tarefa na parte trabalhista, quantidade de trabalho, décimo terceiro, férias, a questão do direito previdenciário. Mas não falava na parte da terra, então o acordo teve essa importância de trazer, puxar, regulamentar o Estatuto do Trabalhador Rural, nesse sentido. E vai a reação patronal muito grande das usina que reagiram tremendamente, né?

Apesar da legislação do ETR, as lutas no campo no ano de 1963, continuaram crescendo pelo não cumprimento dos direitos dos trabalhadores pelo patronato, sendo deflagrada uma greve geral dos canavieiros no mês de outubro, durante a campanha salarial, que tinha como reivindicação o aumento de 80% do salário. No contexto estudado, a greve para os trabalhadores rurais era o principal recurso de negociação contra os patrões e de pressão para o governo. Apesar de ser o uso de um instrumento legal, as

---

<sup>48</sup> PALMEIRA, Moacir G. S. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de; PAULO, Maria Ignez (Orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.171-200. (p.174)

greves, como estratégia de luta, simbolizam um marco na luta pela efetivação dos direitos trabalhistas e cidadania para os camponeses. De acordo com o entrevistado José Paulo, nos meses anteriores à greve geral, diversas paralizações, chamadas pelos canavieiros de “paradeiros”, foram feitas, em engenhos, e pequenas greves, além de outras movimentações aconteciam. Nesse sentido, os trabalhadores foram orientados pelos sindicatos a aderirem à estratégia de trabalhar pouco na diária, a fim de pressionar a classe patronal a negociar com o governador Miguel Arraes:

Trabalhamos 6 meses bem devagarzinho pra forçar os patrões, que os patrões não queria sentar com o governador e os sindicatos que havia na época, então a estratégia usada antes foi botar os trabalhador pra trabalhar 6 meses na diária, trabalhando bem pouquinho. Foi uma estratégia dos trabalhadores mas era a mandado do sindicato e a mandado de Miguel Arraes, porque Miguel Arraes queria sentar com os usineiros e os usineiros com a cintura dura num queria sentar antes da negociação do Acordo e antes das greves. A greve de 1963, acontecia todo mês, não cumpriam, aí acontecia a greve, num cumpria não, era greve. Vinha pelo raidinho, a gente ouvia “vai ter greve” e parava todo mundo. Já tinha uma pessoa que arrecadava todo mundo pra levar pra greve. Veio a notícia dos sindicatos avisando aos trabalhadores que doutor Miguel Arraes disse que ia sentar com os usineiros, mas os patrões tava com a cintura dura, num tava querendo sentar, doutor Arraes tava fazendo pressão mas os patrões não queria sentar, aí levou a notícia pra os trabalhadores “a partir de amanhã todo mundo trabalha de greve, trabalha bem pouquinho”, um serviço de 1 pessoa fazer num dia, fazia 20 pessoas, isso pra pressionar. Então os patrões não aguentaram o trabalho numa diária, não, pra eles é na produção que é pra eles medirem.

Em meio às mobilizações, diversos casos de violência, perseguição e assassinato contra trabalhadores rurais são evidenciados<sup>49</sup>, como a Tragédia da Usina Estreliana, ocorrida no mês de janeiro, do mesmo ano no município de Ribeirão. Trabalhadores rurais entraram em greve na usina após reivindicarem o 13º salário e tiveram o seu pedido negado. E com um triste desfecho, o proprietário da usina, José Lopes Siqueira dos Santos, então deputado pelo PTB, abriu fogo contra o grupo, deixando o número de 5 mortos e 3 feridos.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> LIMA, Maria do Socorro Abreu e. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: Eduepb, 2015, p. 309-327.

<sup>50</sup> BARROS, 2013, p.146.



Imagem 1: “O deputado José Lopes fala sobre o conflito na Usina Estreliana; ao centro, o diretor do hospital de Escada pede garantias ao delegado local contra uma eventual invasão das Ligas Camponesas; Na imagem inferior, alguns camponeses presos após o conflito.”

Imagem 2: Vítimas do massacre da Usina Estreliana em Janeiro do ano de 1963, no município de Ribeirão.

Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/conflitos/pe> - Crédito: “Diário de Pernambuco”, 9 de janeiro de 1963.

Com o crescimento do movimento sindical também cresceu o número de assassinatos de trabalhadores no campo, assim como no caso da Usina Estreliana, no mês de julho, o Sindicato dos Trabalhadores de Palmares reivindicavam a aplicação dos direitos trabalhistas nos engenhos e usinas da região. Na Usina Caxangá<sup>51</sup>, 250 trabalhadores dirigiram-se à empresa para cobrar o pagamento do 13º salário, sendo

---

<sup>51</sup> Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/conflitos/pe> - Crédito: “Diário de Pernambuco”, 9 de janeiro de 1963.

surpreendidos pelo usineiro e seus capangas em uma emboscada onde parte dos camponeses conseguiu fugir e outra parte enfrentou o grupo, e no embate, o vigia Osório Tenório Cavalcanti assassinou o camponês José Alves de Lima. No mês de agosto do mesmo ano, no Engenho Oriente, ocorreu a morte do militante do Partido Revolucionário Trotskista (POR-T), Paulo Roberto Pinto, conhecido como Jeremias<sup>52</sup>, com forte atuação no município de També (atual Itambé), em uma manifestação pela reivindicação do 13º salário. O militante foi brutalmente assassinado pelo usineiro José Veloso Borba e seus capangas, também deixando marcas de sangue e injustiça nesse período. O governo Arraes investigou o crime e indicou 21 suspeitos de cometer o assassinato, mas o caso não foi solucionado, o que gerou conflitos e até prisões<sup>53</sup> entre a esquerda trotskista pernambucana e o governador Miguel Arraes. Como explica Barros, após o assassinato do militante Paulo Roberto Pinto no Engenho Oriente, e a não solução do crime, o governo Arraes passou a ser criticado pela organização trotskista e pela imprensa:

Ambos, trotskistas e imprensa, criticavam o governo pela omissão. Acusavam-no mutuamente de estar servindo a um dos lados. Usavam o mesmo argumento de que, para se defenderem, estariam dispostos a lançar mão também de violência. Na Assembleia Legislativa, a oposição tirava proveito da situação. Em discurso, Antônio Correa citava o panfleto. Acusa Miguel Arraes de estar perdendo a liderança na zona rural e de realizar uma campanha contra os sindicatos católicos.<sup>54</sup>

As chacinas e assassinatos não frearam os trabalhadores em organização e o 13º salário tornou-se uma bandeira unificada no meio rural. Todavia, o descumprimento de acordos e da legislação do ETR continuou ocorrendo e greves em municípios também persistiram ao longo do ano. Com isso, a reivindicação começou a tomar corpo e ganhou a adesão dos sindicatos e das Ligas Camponesas, culminando em 200 mil trabalhadores parados, durante três dias, de 18 a 20 de novembro, pelo aumento de 80% do salário para os trabalhadores rurais, além de outras reivindicações mais locais e específicas. Diante desse quadro, o governo estadual também fez esforços para diminuir a repressão contra

---

<sup>52</sup> GALLINDO, José Felipe Rangel. **O trotskismo no campo em Pernambuco**: “o Jeremias das caminhadas”. Dissertação em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

<sup>53</sup> “Assinado pelos maiores órgãos de classe patronal do estado, o ofício funcionava como uma ameaça. Fixava responsabilidades ao governo caso uma medida não fosse tomada. Pressionado, Miguel Arraes autorizou a prisão de Júlio Santana e dos trotskistas. A decisão soava como uma vitória do patronato e representava um duro golpe aos movimentos sociais. O estado mais democrático da nação, nos dizeres de Callado, possuía naquele momento, presos políticos sob a Lei de Segurança Nacional.” (BARROS, 2013, p. 202).

<sup>54</sup> BARROS, 2013, p. 201-202

os camponeses, a partir das forças da polícia militar que apreenderam armas dos usineiros em diversas propriedades. Apesar dos abalos sofridos e dos distintos posicionamentos dentro da esquerda pernambucana, naquele momento histórico, segundo Dabat, a greve geral foi um momento de unificação das vertentes no estado. Sobre o exposto, Beija-Flor relatou sobre a greve de 1963:

O negócio melhor era a gente ter o 13º no mês e os patrões não quiseram pagar, e aí a gente fez greve, então a zona canavieira entrou em greve naquele tempo, e chegou a ser a maior greve, isso que foi nas vésperas da saída do doutor Arraes, em 1963. Aí os trens, caminhão, levava trabalhador pra Recife, como se fosse uma festa, os sindicatos mobilizavam, eu me lembro que o sindicato de Paudalho, era tanto caminhão trazendo gente, eu não sei quem era que dava dinheiro aquele povo pra trazer caminhão, e aí fizeram muita greve, e a gente fez greve no campo.

O desdobramento dos conflitos e a condução do governo para solucionar a crise gerou a proposta impulsionada pelo Governo Arraes de negociar um acordo entre representantes dos usineiros, líderes sindicais, representantes dos trabalhadores, assessores e dirigentes sindicais, buscando a conciliação do conflito. No entanto, a classe patronal não estava disposta a pagar o 13º salário se isso não estivesse ligado ao aumento dos seus lucros, pois, historicamente, a exploração dos trabalhadores rurais está associada a formas de burlar regras, próprias da classe patronal, estabelecidas para o trabalho e tarefa por dia realizada pelos trabalhadores canavieiros. Então, o que se buscava era uma fórmula que garantisse o lucro do patronato no cumprimento da legislação.

Então, no mês de setembro de 1963, próximo ao período da moagem da cana, sob a primeira vigência do ETR, além da necessidade e reivindicação dos trabalhadores com a grande mobilização para uniformização das tarefas no campo, ocorreu o debate no Palácio das Princesas em Recife, onde foram expostas as condições de exploração historicamente sofridas pelos canavieiros, suas reivindicações e as propostas da classe patronal. O governo estadual foi mediador do conflito, posicionando-se como conciliador das propostas de ambas as classes que estavam na mesa de negociações. Esta é a visão de Zé Francisco, que foi testemunha ocular do evento:

[...] E doutor Arraes teve o cuidado de cuidar desses procedimentos todo na mesa de negociação pra tentar concluir com esse Acordo do Campo. Aí pra mesa de negociação vai o pessoal da Igreja. Aí a Igreja era muito dividida, uma mais fraca, uma linha mais conservadora, mais legalista e a outra mais

persistente que é o SORPE, o do Padre Crespo, mas tavam tudo na mesa ali. E como tava o Gregório Bezerra e como tava o Julião, né, e a Federação que participou desse processo de negociação. Não só eu, Zé Francisco, Zé Francisco era um deles, tinha outros companheiros, era um grupo.

Assim, o tratado foi nomeado de Acordo do Campo e firmado após a grande pressão dos trabalhadores rurais na greve dos 200 mil trabalhadores, tendo como sua principal pauta, na cláusula 7ª, estabelecer um equilíbrio entre o nível salarial convencionado com base no salário mínimo, aliado à organização da Tabela de Tarefas para os trabalhadores canavieiros, na cláusula 6ª, assim como Antonio Callado explica:

Como a maior parte dos serviços da cana é executada por tarefa, surgiu, para a implantação do estatuto, a necessidade de ‘estabelecer uma relação entre o trabalho efetivamente executado no campo e o salário mínimo regional.’ Isso foi feito a partir de uma discussão entre o governo estadual e os representantes dos usineiros, fornecedores de cana e de trabalhadores rurais e camponeses.<sup>55</sup>

Para Sigaud<sup>56</sup>, a luta dos sindicatos aliada aos canavieiros, as leis estabelecidas e o que o governador Arraes promoveu foi um marco de ruptura para os trabalhadores da Zona da Mata Pernambucana, onde as relações tradicionalmente estabelecidas são rompidas, mesmo que temporariamente, durante o governo Arraes, levando à subversão dessas relações e práticas dos trabalhadores. Também para Abreu e Lima, o estabelecimento do Acordo do Campo é considerado um marco para a luta dos trabalhadores rurais de Pernambuco, pois a negociação com a classe patronal, que historicamente, a classe trabalhadora rural foi impedida de realizar, desta vez foi concretizada, mesmo que de forma conciliatória. Este ato contribuiu também para a formação da identidade desses trabalhadores, em ação coletiva como classe social pela luta por direitos e cidadania. Nesse sentido, a autora afirma:

Esta grande mobilização, que parou toda a categoria por 3 dias, de 18 a 20 de novembro, foi o coroamento de uma série de lutas e pequenas greves levadas durante todo o ano nos engenhos e usinas, algumas espontâneas, outras, preparadas. Fruto do trabalho organizado das diferentes forças que atuavam no campo, inclusive do governo estadual, que procurou evitar que a polícia continuasse servindo aos interesses do latifúndio, como era de costume. E um

---

<sup>55</sup> CALLADO, 1964, p.88.

<sup>56</sup> SIGAUD, L. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. In: **Dados**, v. 29, n.3, p.50-72, 1986.

sinal importante de como os trabalhadores rurais estavam se construindo, efetivamente, em uma classe social.<sup>57</sup>

Como resultado, boa parte das conquistas dos trabalhadores foi efetivada naquele período, a partir da mobilização dos canavieiros em torno dos sindicatos nas greves. No entanto, os trabalhadores rurais reconhecem o incentivo e apoio do governo estadual de Miguel Arraes e sua contribuição, mesmo que pequena em escala histórica, para a luta dos canavieiros. Zé Francisco, como líder sindical, reconhece o perfil de conciliação e negociação por parte do governo Arraes:

[...] ele tinha essa visão muito forte e isso ele defendia abertamente. Agora, ele não tinha medo de abrir um processo de negociação. Ele não tinha receio desde que o projeto de sociedade que ele defendia fosse incorporado e aceito por aqueles com quem ele tava negociando. Não se fechava eu sozinho, “não vou ganhar Pernambuco, não vou ganhar o Brasil”, não. Ele sabia que tinha que negociar, agora desde que ele pudesse avançar as ideias dele, não abrir mão daquelas propostas daquela inclusão dos pobres, da classe média, esse projeto de sociedade. Então eu comecei a ver doutor Arraes muito por aí, essa pessoa.

O Acordo do Campo (*ANEXO A*), mediado por Miguel Arraes, embora de caráter conciliatório, provocou mudanças significativas na vida e nas condições de trabalho dos canavieiros da Zona da Mata pernambucana. Entre os ganhos políticos e econômicos para a classe trabalhadora conseguiram, na cláusula 1ª, o reajuste salarial com base nos 80% reivindicados; na cláusula 2ª, a presença de 1 delegado sindical em cada engenho; na cláusula 3ª, a assistência médica e assistência escolar para os trabalhadores; na cláusula 4ª, o desconto das contribuições devidas ao sindicato para trabalhadores que não desejavam participar do seu sindicato; na cláusula 5ª, a regularização da carteira assinada, para os trabalhadores de empresas, o incentivo ao desenvolvimento sindical, o surgimento da proposta da interiorização da previdência; na cláusula 6ª, a manutenção da Tabela de Tarefas; na cláusula 7ª, o pagamento do 13º salário; na cláusula 8ª, o pagamento do salários de três dias parados na greve e na cláusula 9ª, a não punição aos grevistas. Com isso, além do alcance das reivindicações, os canavieiros tiveram o devido reconhecimento de sua luta por direitos e cidadania por parte do governo, o cotidiano de exploração foi exposto e a classe patronal, apesar de não ter perdido tantos benefícios, foi obrigada a negociar cara a cara com sua classe antagônica. O que fica confirmado nas palavras de

---

<sup>57</sup> ABREU E LIMA, 2010, p.83.

Zé Francisco, que estava presente na mesa de negociações como representante sindical dos canavieiros:

[...] foi no final de 1963, já bem ali a questão do Acordo do Campo foi mais um passo que doutor Arraes quis dar de acordo com aquele sentimento dele, com o coração dele, pra fazer avançar os direitos da classe trabalhadora e dos mais oprimidos que é o da zona canavieira, onde tá o pessoal mais escravizado. Mas ele tinha certeza que aquilo ali ia influenciar também nas outras regiões [...], porque foi uma coisa de fortalecimento da organização sindical e de baixo pra cima.

Apesar da política de conciliação entre classes, esse momento histórico na luta por direitos e cidadania dos canavieiros no estado de Pernambuco é, conseqüentemente, marcado também pelo início das relações dos canavieiros com a Justiça do Trabalho como sua aliada. Sendo duramente reprimido, após o golpe militar, passado o período de maior violência, novas estratégias de atuação sindical foram organizadas e culminaram na reorganização dos trabalhadores canavieiros no ano de 1979, onde se tem início um novo ciclo de greves, desta vez, durante a ditadura.<sup>58</sup> Conforme foi afirmado anteriormente, compreendemos esse período para o movimento dos trabalhadores rurais como um marco para a consolidação de elementos que fizeram parte da autoconstrução da classe e identidade dos canavieiros de Pernambuco. Após a negociação e a formulação do acordo, críticas ao governo Arraes passaram a ser expostas por meio da imprensa, pelo aumento no número de greves deflagradas e a condução do governo para a sua resolução, pois totalizaram 47 greves no campo no ano de 1963. Entretanto, após o fim da negociação e a conquista dos trabalhadores rurais por meio da mediação de Miguel Arraes, tem início uma nova fase de perseguição, explicada por Zé Francisco:

Houve a greve geral que eles chamam a greve foi muito boa, então foi isso, né? Em seguida, vem toda a perseguição não só contra Romeu<sup>59</sup>, contra Arraes contra os processos que tava se defendendo a nível nacional, quer dizer, era como eles chamavam as reforma de base e dentro dessa reforma o detalhamento vem essa questão do Acordo do Campo em Pernambuco.

---

<sup>58</sup> SIGAUD, 1986.

<sup>59</sup> Romeu da Fonte foi advogado da FETAPE na época da negociação.

Já Beija-Flor rememora o período do Acordo como um período de maior liberdade para organização dos trabalhadores e também se recorda do panorama nacional que considerou favorável para as mobilizações:

[...] Foi como eu falei anterior, que com Arraes deu assim uma liberdade maior. Os trabalhadores perderam mais o medo e os dirigentes sindicais também, foram mais incentivados. Quando teve o Acordo do Campo que sentaram na mesa patrão e empregado, patrão e trabalhadores, federação, sindicato, Zé Francisco participou. Então isso deu mais liberdade e coragem tanto para os trabalhadores como para os sindicatos. Depois da queda de Arraes, aí foi mesmo que cair um pedaço de terra em cima da gente, né?... da luta da gente. Mas o período que teve mais greve em Pernambuco foi o período de Arraes. Arraes no governo e a gente com o Governo Federal também favorável, né, apesar de pouco tempo. Mas isso deu assim uma ação muito grande para os trabalhadores parar, como eu mesmo participei desde 64 para a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural que eu tinha 13 anos.

Na percepção de Beija-Flor, “a queda” de Miguel Arraes no ano de 1964, foi como “que cair um pedaço de terra em cima da gente, né, da luta da gente”. A partir de sua memória individual de um menino de 13 anos, que queria estudar, entretanto, precisava trabalhar na infância, ingressando na luta precocemente como tantos. Com isso, o entrevistado sintetizou a memória coletiva do grupo dos canavieiros ao qual fez parte, sobre o que significou o período Arraes. Apesar de ter vivenciado aquele momento histórico muito jovem, Beija-Flor foi marcado desde muito cedo pela luta coletiva de sua classe e pelos elementos que os identificam entre si, explicitado em todo seu relato de vida, a exploração e a miséria como elementos mais presentes.

Para José Paulo, o Acordo do Campo e a manutenção da Tabela de Tarefas funcionaram como instrumento de disciplina dos trabalhadores contra os empregadores, no sentido de regulação do trabalho. Nesse sentido explica:

O Acordo do Campo foi uma coisa, assim, muito boa, porque acontece o seguinte: o pessoal ganhava salário, mas num tinha um instrumento, um documento pra disciplinar o tamanho da tarefa da gente, era a bel prazer do patrão e o salário tinha, mas ele queria dar o morro pra ele tirar, mas ele nunca tirava, e a gente só veio conseguir libertar os trabalhadores a medida que os trabalhadores absorvia uma, duas tarefa por dia porque os pedacinho que a tabela dizia, o cabra media, e os trabalhador tirava até duas, muitas vezes, a partir do momento que o acordo que foi tirado um instrumento que dizia assim

a braça de medir não vai ser mais 2 metros e 50, vai ser 2 metros e 20, o mato aqui, se é gengibre, você vai pegar 50 braças, se é terra boa então você vai pegar mais um pouquinho, se é roçagem de mato, mesma coisa. Lutamos também muito pela questão, porque existia um problema que a limpa da cana era misturada com barreira que tinha mato, na beira da estrada, então o cabra media e você tinha que tirar a limpa e limpar a barreira, muitas vezes a barreira era alta, tinha acidente e tudo, também as levada, que tinha dentro da limpa da cana. Então o cabra limpava com tudo. Então as levada é que o cabra deixava a conta pra o outro dia, o cabra media a conta, mas quando tinha um pedaço de estrada, mas tinha mato, nós lutamos pra separar tantas barreiras. Limpa de barreira é uma coisa, limpa das levada era outra e limpa da cana era outra, limpa de cana era somente cana, então foi assim que a gente disciplinou e foi assim que ficou na tabela de tarefas. É um instrumento de disciplina, cada coisa que o trabalhador fazia, qualquer tarefa que era pra fazer no engenho, então aí tinha uma disciplina, então aí não tinha problema de jeito nenhum.

As histórias dos entrevistados José Paulo e Biu da Luz se assemelham muito a de Beija-Flor, pois desde muito cedo, trabalharam no corte de cana e, posteriormente, entraram para o movimento sindical e reconhecem através da reconstrução da memória os impactos que geraram o Acordo do Campo para a vida dos trabalhadores. Nesse sentido, conta Biu da Luz sobre o golpe:

Miguel Arraes, na época, era governador do Estado em 62 e João Goulart era presidente da República. João Goulart deu a mãozinha e Miguel Arraes aqui em Pernambuco também não consentia botar a polícia sobre os trabalhadores na época da fundação do sindicato. Foram muitos movimentos criados, né? Pode ler a história, né?... e vai ver isso que eu tô falando aqui, isso que eu tô dizendo. Miguel Arraes deu muito apoio aos trabalhadores. Aí o que foi que aconteceu em 64?... Prenderam Miguel Arraes, queriam que ele renunciasse e ele disse: “preso sim, renunciar nunca! Preso sim, renunciar nunca!” Ele não renunciou, foi preso, ficou fora do Brasil um bocado de tempo, né? Aí o golpe militar, olhe, foi... foi um negócio, viu? Prendeu dirigente sindical, prendeu trabalhador, delegado sindical, foi muita gente!

## **V. DEPOIS DO ACORDO DO CAMPO**

De acordo com Abreu e Lima<sup>60</sup>, após o processo de participação dos trabalhadores, do caráter político da greve e a negociação do Acordo do Campo, houve o fortalecimento da FETAPE e do PCB como organizações, assim como, o processo de autoconstrução da classe social dos trabalhadores rurais. Desse modo, a partir desse fortalecimento das organizações de luta, surgiu ainda no mês de novembro de 1963, a proposta de uma federação unificada, que seria denominada Federação dos Trabalhadores na Lavoura, Pecuária e Produção Extrativista Rural do Estado de Pernambuco, que teria uma organização interna formada, ao mesmo tempo, por representantes do Estado e da Igreja. A federação unificada seria fundada em janeiro de 1964, entretanto foi barrada pelo golpe militar. Biu da Luz explica sua visão sobre a articulação pré-golpe e pós-golpe:

Foi um negócio de repente a Zona da Mata toda. E essa ideia de sindicato foi se espalhando pelo Agreste pelo Sertão e tal, entende?... mas começou o pipoco na Zona da Mata. Os patrões enraivecidos, entendeu?... que eles já não queriam, aconteceu. A Igreja entrou no meio, e até a Igreja virou comunista. Então eles passaram a taxar a Igreja também de comunista e aí se uniram aos militares né?... se uniram aos militares e reforçaram o barco e deram o golpe. [...] Quando veio o golpe militar de 64, os militares eles já sabendo que era reivindicação dos trabalhadores, legislação agrária, previdência social, a trabalhista já tinha saído em 63 o Estatuto do Trabalhador Rural, o que foi que eles fizeram no sentido de acalmar um pouco a coisa e fazer com que os sindicatos ficassem subordinados a eles? Eles ofereceram convênio médico, pra ser mantido dentro do sindicato. Vê só!

O Acordo do Campo, formalizado durante o governo de Miguel Arraes e suas ações durante seus 14 meses de atuação visando à conciliação entre as classes, foi utilizado como motivo político para a prisão do governador no ano de 1964, em Fernando de Noronha, onde foi solto no ano de 1965. Então, mais consciente de sua condição, pediu asilo político, sendo exilado na Argélia durante 14 anos e retornando para o Brasil apenas no ano de 1979.<sup>61</sup> O entrevistado José Paulo explica em suas palavras o grande feito de Miguel Arraes para os trabalhadores rurais e como era admirado por eles:

---

<sup>60</sup> ABREU E LIMA, 2012.

<sup>61</sup> TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes: Imagens de povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964): as esquerdas no Brasil**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 489-510.

Só foi criado os sindicatos dos trabalhadores por conta da força de Miguel Arraes, então os trabalhadores adorava, adorava como um santo, Miguel Arraes é um mito dos trabalhadores, principalmente do campo. Miguel Arraes foi expulso, foi pra Argélia, quando ele voltou foi eleito deputado federal [...] Só pra você ter uma ideia, porque pra me dar a dimensão que existia assim entre os trabalhadores..., Rapaz, num dá pra dizer, eu num tenho a expressão o tamanho, porque era uma coisa absurda, porque o velho também tanto visitava os municípios, tanto ia nos sindicatos, ele mesmo muito antes de eu ser prefeito ele era amigo dentro do sindicato, porque ele num ia num município pra num ir no sindicato primeiro.

Além da prisão de Miguel Arraes, o golpe militar de 1964 freou e reprimiu fortemente o movimento sindical no campo que vinha numa crescente na década de 1960. Nesse sentido, conta José Paulo que, apesar de todos os ganhos da classe trabalhadora do campo nesse período, foi imensa a violência sofrida por trabalhadores após o golpe:

Não foi revolução, foi um golpe propriamente dito. Revolução eu acho que é quando briga todo mundo. Então se só brigava a polícia a mandado dos patrão e só quem levava bala era a gente. Então realmente eu vi no engenho dois amigos meus apanharem assim e morrer com poucos dias. Vi um companheiro, Amaro, no engenho São Francisco, no engenho encostado, que era muito marcado assim pelo vendido do engenho, eu não vi porque eu não tava na hora, mas esse acontecimento vários trabalhadores viram ele pendurado, amarrado pelo testículo, só o testículo amarrado numa corda e pendurado assim na telha da casa de farinha, pendurado pelo testículo e ele pendurado gritando e a família vendo porque ele tava fazendo farinha nesse dia e assim aconteceu. Hoje a gente ouve essa conversa da Comissão da Verdade e até já tive na Comissão da Verdade e já falei nesse assunto, porque a família de Amaro mora ali num distrito perto da gente, perto de Rio Formoso. Amaro era de Sirinhaém, mas é perto de Rio Formoso, e as meninas conta que a polícia dizia o seguinte “agora você, agitador!”, na vista dos outros trabalhadores, pra os trabalhadores ver, e começaram a dizer: “depois vai ser as mulheres, vai ser pendurada pelo peito!”. Olhe, você ouvir isso, você tomando como seja uma coisa da sua família, da sua filha, do seu parente, dos seus amigos, é de doer, é de cortar corda de coração!

Os casos de prisão e violência foram inúmeros e, nesse sentido, o primeiro presidente da FETAPE, Manoel Gonçalo, também foi preso após o golpe militar e conta Biu da Luz que pela “pressão” sofrida na prisão, que aqui entendemos como tortura, seu companheiro jamais se recuperou:

Aí foi quando foi criada a FETAPE, foi criada em 6 de junho de 62, primeiro presidente foi Manoel Gonçalo, ele era de Panelas. Manoel Gonçalo foi preso em 64, ele foi preso e depois ficou meio afetado, sofreu muita pressão. Depois foi solto, mas ficou meio... entendeu?

Zé Francisco conta diversos casos de violência e assassinato que ocorreram logo após o golpe, o assassinato de Gregório Bezerra e de vários outros companheiros da luta no campo que foram brutalmente assassinados:

O Doutor Arraes disse não ao povo, eu devolvo mas era uma coisa muito forte e de fato saiu de lá preso né saiu do Palácio preso e Gregório Bezerra fizeram com Gregório arrastões pela cidade e o próprio Julião também saiu mais apressado do país e assim por diante. Os trabalhadores você vê, por exemplo, aqui na Zona da Mata Sul a quantidade de gente que foi assassinado na época. Isso, na CONTAG, tem um documentário contando de relações de pessoas que foram, outros botaram na grade do caminhão e bateram até morrer, a questão do marco de Escada, a questão de Sebastião, Peão de Palmares que é daquela região. Quer dizer, foi um massacre no meu município. Entre outros teve a morte de um companheiro delegado sindical nosso Manoel Tenório, lá de Vicência. Quando eu saí pra Federação ele assumiu meu lugar. Um companheiro de primeira. Aí foi sequestrado e foi assassinado do Engenho de Vicência, mas a morte dele foi num engenho ali perto de Vicencinha e que foi morto lá no engenho. Quebraram as perna, o rosto dele desfiguraram, cortaram o pescoço e jogaram no carro do senhor de engenho e foram jogar em Natuba, é divisão de Pernambuco com a Paraíba. Jogaram o cadáver dele lá em Natuba e como é que descobriram? Porque tinha uma carta no bolso do Manoel Tenório encaminhada pela sobrinha que foi do Engenho Campina Verde.

Nesse mesmo sentido, Biu da Luz explica sobre um documento organizado pela FETAPE a partir da retomada das lutas no ano de 1979, nomeado *Açúcar com gosto de sangue*<sup>62</sup>, publicado no ano de 1984, onde são relatados os diversos tipos de violência, perseguição e repressão sofrida pelos trabalhadores rurais durante a Ditadura Militar:

Esse documento é conhecido até no exterior. Foi depois do golpe militar, que a gente saiu do engenho inconformado e voltar à luta do movimento sindical que foi depois da retomada da luta de 79. Mas foi tanta violência no campo, muita violência. Não tem que diga assim: “você agora vão sofrer o que o diabo amassou, vão comer o pão que o diabo amassou”. Foi uma perseguição tão grande, tanto trabalhador assassinado, morto nesse período, que pareceu a

---

<sup>62</sup> FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue*. Recife: FETAPE, 1984.

época da ditadura. Aí a FETAPE fez esse documento, encaminhou pra tudo quanto foi de autoridade.

De acordo com toda essa explanação, a retomada das greves e das lutas dos trabalhadores canavieiros só aconteceu no ano de 1979. Nesse sentido, Biu da Luz explicou a impossibilidade de fazer greve após o golpe e as medidas tomadas pela ditadura para frear qualquer ação do movimento sindical, assim como as estratégias para organizar uma retomada das lutas no final da década de 1970, utilizando-se das brechas da lei:

Depois do golpe de 64, pois bem, aí nesse período não se fez greve, não houve greve, houve uns para aqui e ali, mas greve não houve. Foi em 69 que os militares tavam? Que eles não deram conta do recado que inclusive se sabe que a dívida internacional o Brasil não era bem visto! Como não está sendo agora, outro golpe, né?... que a gente estamos passando, diferente né?... E aí os militares estavam se afastando, aí em São Lourenço e Paudalho começou a pressionar a FETAPE pra fazer uma greve de retomada, mas como fazer essa greve de retomada? Que o juiz doutor Romeu era contra, era muito contra, aí descobrimos uma lei, a lei 4.330, a Lei de Greve, mas a lei de greve também foi uma atitude dos militares, o Estatuto da Terra, a lei de greve, Previdência Social. Mas a Lei de Greve, quando você lia, era pra não fazer greve, a exigência era tão grande que era assim: “não faça greve, não!”, em outras palavras, entende? E aí a gente começou a lê a lei da greve, e a gente poder fazer essa greve.

Entendemos o impacto provocado pelas conquistas dos trabalhadores rurais anteriores ao golpe militar de 1964, quando percebemos, nos relatos, a presença da memória destas conquistas na retomada do movimento sindical. Nesse sentido, explicou Beija-Flor sobre a importância do Acordo e da Tabela de Tarefas para o novo ciclo de retomada das greves na década de 1970:

[...] Além disso, a tabela de campo que foi muito importante pra gente que até então o Acordo do Campo de Arraes aquilo tava na gaveta, ninguém usava mais. Aí uma boa parte daquele acordo feito no tempo de Arraes foi colocado na tabela da gente na greve de 1979. Então a gente fez uma comemoração na vitória.

O movimento retomado com a primeira greve em 1979 encabeçada pelos municípios de Paudalho e São Lourenço da Mata foi marcado pela memória das conquistas do ano de 1963, como um marco na história dos canavieiros na luta por direitos

e cidadania. Desse modo, as conquistas alcançadas como o Acordo do Campo e a Tabela de Tarefas permaneceram vivas na memória dos trabalhadores e foram reacendidas e utilizadas como pauta na retomada do movimento, como explica José Paulo:

Então essa Tabela de Tarefas que aproveitando de 1963, expulsaram o governador, mas a tarefa ficou na vida do pessoal. Então a revolução ficou, mas a tarefa ficou na cachola do povo, os trabalhadores conheciam que tinha uma tabela. Então, se era descumprida, mas tinha uma tabela, quando foi retomado em 1979, então o pessoal tinha uma coisa viva na cabeça deles que era a Tabela de Tarefas, mesmo se o salário fosse pequeno, mas tinha a tabela pra defender.

## **VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi apresentado, afirmamos que os impactos do primeiro governo de Miguel Arraes de Alencar (1963-1964) e o significado o Acordo do Campo, a longo prazo, permanecem vivos na memória dos entrevistados. A luta dos trabalhadores canavieiros e do sindicalismo rural foi ressignificada ao longo de suas vidas, por meio das experiências compartilhadas, moldando uma memória coletiva sobre a história dos canavieiros no estado de Pernambuco. Quanto ao Acordo, além da sua representação simbólica para a memória da luta, também trouxe no período, com a vitória do aumento salarial, o crescimento da capacidade de consumo e qualidade de vida dos trabalhadores, gerando a satisfação dos trabalhadores de poder realizar necessidades básicas, ter o mínimo de conforto em suas vidas, fatos que, também, influenciaram no reconhecimento em torno da figura de Miguel Arraes.

Como ressalta Dabat<sup>63</sup>, a comparação do trabalho canavieiro com a escravidão está evidenciado diversas vezes nos relatos, evidenciando um contraste entre as condições de trabalho até a década de 1960 e as condições após as mobilizações e ações do governo estadual em questão. Então, é nesse sentido que os trabalhadores, incluindo os

---

<sup>63</sup> DABAT, 2012, p.764.

entrevistados, relacionam a chegada de Arraes com a sua alforria, demonstrando a relação do conceito de liberdade no seu caráter político. Em um espectro geral e, de acordo com a bibliografia estudada, os trabalhadores rurais entendiam que seus direitos foram ocultados desde a era Vargas e foram descortinados por Miguel Arraes, demonstrando a consciência de que algo lhes foi historicamente negado.

Ainda, foi durante o curto período de atuação de Arraes que, pela primeira vez, os trabalhadores canavieiros foram reconhecidos pelo Estado, como pessoas com direito à voz e à negociação direta com a classe patronal. Concordando com Dabat<sup>64</sup>, compreendemos que o “tempo de Arraes” trouxe para os trabalhadores o benefício da lei, gerando mais um ponto de ruptura da tradição, quando antes, as questões das relações entre patrões e empregados eram tratadas no interior dos engenhos e usinas, passando a ser tratadas como questões públicas e por meio da Justiça. Esse fator possui grande relevância social e cultural para o histórico dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, a concepção dos direitos da classe trabalhadora canavieira tornou-se algo palpável a partir da atuação de incentivo à luta por parte do governo, que embora fosse de caráter conciliatório, trouxe legitimidade para as reivindicações.

Concordando com Barros<sup>65</sup>, compreendemos que o Acordo do Campo foi uma vitória para a classe trabalhadora canavieira que deu início a uma série de transformações na relação capital/trabalho e direitos dos trabalhadores, frutos das crescentes mobilizações que ocorreram no período. Da mesma forma, compreendemos que para a classe patronal o Acordo simbolizou uma queda na posição de controle e dominação sobre a classe trabalhadora rural, apesar de terem conseguido por meio da negociação o aumento no preço do açúcar. O golpe militar, entre outros elementos importantes, representou a ação golpista da classe patronal frente ao medo de perderem seus mecanismos históricos de exploração sobre a classe trabalhadora. Essa análise leva em consideração a correlação de forças e interesses que se dão no centro da arena de luta de classes, as reivindicações alcançadas pelos canavieiros, inegavelmente vieram a partir de sua luta, mas também da dinâmica de conciliação entre as classes.

Também foi a partir do governo de Arraes que os sindicatos conseguiram organização, reconhecimento e legitimidade das entidades, sendo barrada, de maneira

---

<sup>64</sup> DABAT, 2012, p. 771.

<sup>65</sup> BARROS, 2013, p.168.

direta, a tradição da repressão, perseguição e violência policial contra as entidades de organização de trabalhadores rurais. Nesse momento, o Estado deixa de ser apenas um braço armado do patronato e passa a servir de instrumento para os trabalhadores na defesa de seus interesses. A Justiça do Trabalho passa, cada vez mais, a ser acionada como um campo de reivindicação da classe trabalhadora, colaborando para a formação da identidade de classe e experiência dos canavieiros. Como afirma Dabat, era essa Justiça do Trabalho que “colocava os trabalhadores e os empresários como duas partes numa ação, dois nomes no papel.”<sup>66</sup> Nesse sentido, compreendemos a grande importância da Justiça do Trabalho para a legitimação da luta por direitos e cidadania dos trabalhadores rurais. Concordamos, então, com algumas análises que compreendem os camponeses como trabalhadores legalistas, pois, historicamente, foram negados a eles os direitos básicos, como os de serem reconhecidos como pessoas e como trabalhadores. Então, a partir do momento histórico em que passam a reivindicar seus direitos na Justiça é que sua luta, trabalho e cotidiano são reconhecidos para além dos portões das usinas e engenhos.

É inegável que o golpe militar de 1964 foi um retrocesso histórico para a vida e luta dos canavieiros. Sendo os sindicatos um espaço de lutas pela garantia dos direitos dos trabalhadores contra as injustiças da classe patronal, estes receberam o primeiro impacto do golpe, manifestado por meio das perseguições e repressão, sendo reprimidos pelo novo regime e regidos por interventores. Nesse sentido, alguns autores como Dabat e Abreu e Lima ressaltam o papel multifacetado dos sindicatos no período pós-golpe militar. A CONTAG e a FETAPE continuaram agindo por meio do Ministério do Trabalho após o golpe, assumindo um caráter mais assistencialista, da direção de lideranças católicas e da ação de dirigentes e delegados sindicais que explicavam as estratégias legais aos trabalhadores para agirem “por dentro da lei”. No entanto, a força do movimento sindical rural que vinha em uma linha crescente, na década de 1960 foi freada pelas forças repressivas do estado. Nesse sentido, na Justiça do Trabalho, movimentos organizados de trabalhadores rurais só têm sua retomada na década de 1970.

Portanto, a micro parcela de cinco entrevistados nos pode dar um vislumbre do que representa e como se manifesta a memória coletiva sobre o Acordo do Campo e a luta pela cidadania e direitos dos trabalhadores rurais em Pernambuco de meados do século

---

<sup>66</sup> DABAT, 2012, p.803.

XX em diante. Embora possuindo suas experiências individuais com o trabalho no corte de cana-de-açúcar e na luta sindical, a escolha das palavras e os momentos históricos compartilhados em seus relatos de vida expressam elementos de identificação e formação da classe dos canavieiros. O Acordo do Campo foi um importante capítulo na história dos trabalhadores rurais pernambucanos, que foi brutalmente freada pelo golpe militar. Por isso, a força da memória reconstruída e compartilhada é ressaltada neste texto como um trabalho de imensa importância, especialmente nos dias de hoje, em que memória se tornou, abertamente, um campo em disputa, para que se continue ecoando na história o cotidiano das pessoas comuns e, sobretudo, a luta da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, M. S. **Construindo o sindicalismo rural: Lutas, partidos e projetos.** 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

AMADO, Janaína. **Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil.** Resgate, n.5, 1993, p.47-69.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. **Usos e abusos da história oral.** 8º ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDRADE, Manuel Correa de. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. **Revista Estudos Avançados**, v.15. n.43, p.267-280, 2001.

BARROS, J. C. P. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964).** Dissertação de mestrado em história, UFPE, Recife: 2013.

BOSI, Ecléa. **Memórias e sociedade: lembrança de velhos.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho: uma história do operariado Porto-Alegrense (1898-1920).** Londrina: EDUEL, 2008.

BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Usos e abusos da história oral.** (Coord.) AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes. 8º ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.183-192.

CALLADO, A. **Tempo de Arraes: a revolução sem violência.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.** 2. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DABAT, Christine Rufino. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba.** Campina Grande: Eduepb, 2015. P. 359-400.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A voz dos militantes: o ideal de solidariedade como fundamento da identidade comunista. IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEMEZONE, Marcus. A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. IN: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Vol. 2: Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. P. 73-98.

FETAPE. **Açúcar com gosto de sangue**. Recife: FETAPE, 1984.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. A indústria dos corpos exauridos na plantation açucareira no Nordeste brasileiro. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: Eduepb, 2015 Campina Grande: Eduepb, 2015. P. 241-280.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Conflitos trabalhistas nas “terras do açúcar”: zona da mata pernambucana (anos 1960). **Revista crítica histórica**. Ano III, n. 5, 2012, p. 124-148.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Entre ‘direitos’ e ‘justiça’: os trabalhadores do açúcar frente à Junta de Conciliação e Julgamento de Escada/PE (1963-1969). **Cadernos de História: oficina de história: trabalhadores em sociedades açucareiras**. Recife: Edufpe, ano 6, n. 6, 2009.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Transformação agrária. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 55-75.

GALLINDO, José Felipe Rangel. **O trotskismo no campo em Pernambuco: “o Jeremias das caminhadas”**. Dissertação em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

GALVÃO, Michel Cavassano. Processos de trabalhadores da agroindústria açucareira na Junta de Conciliação e Julgamento de Jabotão de 1963 a 1965. In: DABAT, Christine Rufino; LIMA, Maria do Socorro Abreu e (Orgs). **Cadernos de História: oficina de história**, Recife, ano 6, n. 6, p.1-13, 2009.

HOBBSWAN, Eric. **Mundos do trabalho**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. P.33-54.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Maria do Socorro Abreu e. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba.** Campina Grande: Eduepb, 2015, p. 309-327.

LOPES, José Sérgio Leite. Açúcar amargo. **Ciência Hoje**, v. 4, n.20, p.27-32, 1985.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. IN: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília (Orgs.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-271.

PALMEIRA, Moacir G. S. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.171-200. (p.174)

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: **Usos e abusos da história oral.** (Coord.) AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes. 8º ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.103-130.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças políticas em Pernambuco: A(s) frente(s) do Recife (1955-1964).** Recife: Dissertação de Mestrado em História/UFPE, 2008.

SIGAUD, L. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. In: **Dados**, v. 29, n.3, p.50-72, 1986.

SILVA, Fernando Teixeira da. “Justiça de classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 124-160.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-63.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas de resistência camponesa.** Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun. 2002, p. 10-31.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes: Imagens de povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964):** as esquerdas no Brasil. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 489-510.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** – vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre a classe e “falsa consciência”. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** (Orgs.) NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. P.269-281.

THOMPSON, E. P. **The history from below.** TSL, April 7, 1966.

VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. Classe trabalhadora e relações sociais: algumas considerações teórico-metodológicas no trato com fontes do TRT. In: DABAT, Christine Rufino; LIMA, Maria do Socorro Abreu e (Org.). **Cadernos de História: oficina de história,** ano 6, n.6, p.164-186, 2009.

## ANEXO A

Diário de Pernambuco – Quinta-feira. 21 de Novembro de 1963

### CR\$ 100 MILHÕES OS PREJUÍZOS DA GREVE RURAL NO ESTADO

Dirigentes do Sindicato da Lavoura da Cana e da Cooperativa dos Usineiros estimam em calculadamente 100 milhões de cruzeiros médios, diários os prejuízos decorrentes da greve que durante três dias paralisaram a atividade no campo em Pernambuco. Esse prejuízo é representado pela paralização da moagem, queima de canaviais, pagamento de salários relativos aos dias da greve e outras demandas. A Agência Nacional também foi revelado que, além de todos esses prejuízos, os fornecedores e usineiros tiveram sensíveis dificuldades com a situação da greve criada face à tensão que se estabeleceu no Estado, com o acirramento das relações entre o capital e o trabalho.

### ITENS DO ACORDO

O acordo já elaborado e que as partes em litígio concordaram falta apenas ser firmado por trabalhadores e usineiros, por uma questão de formalismo. No mesmo se especificaram as conquistas dos grevistas e, por último, a garantia de que os participantes não serão punidos. Está assim redigido o acordo elaborado com assistência do ministro Amaury Silva e do presidente do IAA, Sr. Gomes Maranhão:

1º. Ficaram reajustados a partir da presente data (19/11), os salários de todos os trabalhadores da lavoura canavieira, compreendidos nas jurisdições dos Sindicatos Rurais contratantes, na base de 80% com início do pagamento a partir de 1º de dezembro próximo.

**Parágrafo Único** – O Governo Federal pelo Instituto do Açúcar e do Alcool resolve assegurar, através de adequadas revisão e remuneração do preço do açúcar as indispensáveis condições econômicas e financeiras para o cumprimento deste contrato.

2º. Haverá em cada engenho, um delegado sindical eleito pelos trabalhadores, dentre os pertencentes à categoria profissional e residentes, há pelo menos três meses na

propriedade, o qual não poderá ser demitido sem o componente inquérito judicial e gozará de ponto facultativo. Levantado pelo empregador incompatibilidade da empresa com o delegado eleito, será a questão submetida a uma comissão composta de representantes dos sindicatos dos empregadores, um dos trabalhadores e o Delegado do Trabalho. Fica certo que, a ausência do Delegado eleito não será remunerada pelo empregador, ressalvando-se, porém, o direito à percepção do repouso remunerado, no caso da ausência de um dia apenas ao serviço. O prazo do mandato do Delegado Sindical será de dois anos.

**3º.** No prazo de 15 dias os sindicatos contratantes indicarão, paritariamente, representantes para uma comissão visando promover, junto ao Governo Federal, ao Instituto do Açúcar e do Alcool e ao Governo do Estado, o apressamento da interioração da Previdência Social, de Assistência Médica e da Assistência Escolar.

**4º.** Comprometem-se as empresas compreendidas no âmbito da jurisdição dos sindicatos contratantes a realizar, mediante modificação do órgão de classe interessado e de acordo com o art. 541 da C.L.T. o desconto das contribuições devidas ao sindicato a arbitradas na forma da Lei. O trabalhador que não desejar participar do seu sindicato está isento, devendo para isto, no entanto, comunicar, por escrito, sua decisão ao sindicato, obrigatoriamente, e ao empregador.

Na sessão extraordinária ontem à noite, a Assembléia Legislativa do Estado recusou mais um veto do governador Miguel Arraes: o que incidiu sobre o projeto de lei concedendo gratificação por serviços insalubres (taxa de salubridade) a todos os médicos plantonistas das maternidades oficiais do Estado. A votação foi de 35 a 14.

Foi também votado – e aceito – o veto parcial aplicado ao projeto que autoriza o empréstimo do BID. Entre os dispositivos vetados figura o que destina 40% das verbas do empréstimo a serviços de abastecimento d'água do interior.

**5º.** Fica certo nos precisos termos da legislação em vigor, que as empresas representadas pelos órgãos de classe da categoria econômica somente admitirão empregados com as devidas obediências aos dispositivos legais sobre Carteira Profissional e registro dos empregados. No prazo improrrogável de 60 dias será regularizada a situação de todos os trabalhadores cujos contratos individuais de trabalho que estejam legalmente assentados, sem prejuízo de seu tempo de serviço. No caso de o trabalhador não possuir Carteira Profissional, ressalva-se-á o empregador quanto à

obrigação de anotar a mesma, persistindo, no entanto, a de fazer, com o tempo efetivo de serviço, o devido registro. Ocorrendo dúvidas quanto ao tempo de serviço serão as mesmas decididas pela comissão que trata da cláusula nº 2º.

6º. Fica certo que a proposta contenta de tabela das tarefas de campo, aprovadas pelas lideranças sindicais no Palácio do Governo, continuará servindo de norma, obrigando-se os sindicatos de trabalhadores e submetê-las, no prazo de 60 dias, à aprovação de suas assembléias. A Comissão instituída na cláusula 2ª, do presente Contrato resolverá as dúvidas sobre a sua aplicação, apresentadas pelas partes.

7º. Fica desde já, acertado que, em face das novas condições salariais aqui previstas, o 13º mês será pago, no mês de dezembro na base do salário vigente em 30 de outubro de 1963, sendo a complementação do novo salário paga em três parcelas iguais e mensais, nos meses de fevereiro, março e abril de 1964.

8º. Será antecipado o pagamento de importância correspondente ao valor de dois dias de trabalho à base de Cr\$ 503,00 na primeira semana de serviço e referente às faltas aos serviços dos dias 18 e 19 do andante, como adiantamento feito pelo empregador da parcela do 13º mês de salário, a ser paga no mês de abril próximo futuro.

**Parágrafo Único** – Fica, desde logo, esclarecido que, o pagamento das faltas acima referidas será submetido à decisão da Justiça do Trabalho que, considerando a legalidade ou ilegalidade das mesmas, determinará ou não seu pagamento. A falta de serviço do dia 20 do corrente será paga aos trabalhadores da base na remuneração ora acordada, por inteira responsabilidade do Instituto do Açúcar e do Alcool.

9º. O item institui a não demissão de qualquer operário, mesmo grevista.